

Economia em Debate

nº 248

(18/04/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

‘Próximo governo precisa tocar reformas’

O Estado de S. Paulo - 18/04/2018

Eduardo Alcalay, Brasil está com os fundamentos econômicos “no lugar certo” para embarcar em um longo processo de crescimento e desenvolvimento dos mercados. No entanto, esse caminho precisa ser pavimentado com a eleição de um candidato comprometido com a agenda de reformas, avalia o presidente do Bank of America Merrill Lynch, Eduardo Alcalay, em entrevista ao Estadão/Broadcast. Prestes a completar um ano no comando da operação brasileira de um dos maiores bancos dos Estados Unidos, o executivo afirma que mesmo a elevada incerteza por conta das eleições presidenciais não tem minado as operações de captação pelas empresas, mas a seletividade do investidor tem sido marcante. No entanto, ele admite que, à medida que a votação se aproxima, os investidores podem ficar em compasso de espera para terem maior clareza e, com isso, algumas operações “podem ficar pelo caminho”. Para o executivo, “se o próximo governo tocar as reformas, o Brasil pode navegar águas de tranquilidade e de crescimento sustentável. Se acertarmos todos os ponteiros nos próximos um ou dois anos.” Leia os principais trechos da entrevista:

Qual deve ser o impacto das eleições para os negócios?

Ano passado tivemos um período muito forte para as ofertas de ações, com mais de R\$ 45 bilhões (incluindo os IPOs de ativos brasileiros que ocorreram fora do Brasil). E tudo isso porque as empresas se anteciparam a um eventual cenário de incerteza à luz das eleições e à possibilidade do mercado estar mais fechado. O mercado, no entanto, não está fechado, há operações relevantes na rua e estamos atuando fortemente nisso. Mas certamente a visão é de que quanto mais se aproximam as eleições, talvez os investidores queiram aguardar.

Os investidores estão mais seletivos com as aberturas de capital?

Desde o ano passado já há muita seletividade, apesar do número grande de operações. Algumas empresas tentaram acessar o mercado e não conseguiram. Hoje temos um cenário global benigno e com disponibilidade de liquidez, em busca de retornos e isso é bom aos mercados emergentes, onde o Brasil está inserido. Sempre há um bolsão de dinheiro disposto a assumir um pouco mais de risco e esse cenário ainda não mudou, mesmo com as questões geopolíticas e sobre guerra comercial.

O mercado de fusões e aquisições tende a sofrer menos impacto da incerteza com as eleições? Menos, mas é impactado. Essas decisões normalmente são mais de longo prazo. Alguns negócios ficam pelo caminho, mas de maneira não tão sensível quanto os IPOs. O IPO fica pelo caminho, pois chega uma hora que o investidor de bolsa vira e fala: “para, vou esperar”. Já a decisão, como a da Suzano de comprar a Fibria, é de mais longo prazo.

Bolsa e dólar se estressaram nos últimos dias. Foi identificado um risco eleitoral que não estava na conta antes?

É uma mistura de elementos. Há dias de estresse lá fora com a guerra comercial entre China e Estados Unidos, que causa uma faísca e que afeta aqui. Noutro dia é uma notícia do plano eleitoral. O mercado treme, mas ele volta à normalidade, porque existe liquidez e não existe um ajuste abrupto que pode acontecer nos mercados, seja no mercado local ou no externo.

Então o Brasil está se beneficiando do quadro externo?

O Brasil se beneficia desse quadro benigno mundial, tirando as questões mais recentes de geopolítica, guerra comercial. O mundo todo está crescendo. Existe também um ambiente inflacionário e de taxas de juros globais muito benigno. Com isso, sobra capital para todos os mercados. Isso está nos dando um grande fresco, porque se o mundo tivesse pior estaríamos passando aqui por maus bocados.

Como o banco enxerga o Brasil olhando o cenário para frente? Os fundamentos do Brasil atualmente são tais que está tudo no lugar certo para o País embarcar em um longo processo de crescimento econômico e desenvolvimento dos mercados. A inflação nunca foi tão baixa e está absolutamente sob controle, sem nenhum sinal de preocupação no médio prazo. Por conta disso, os juros estão em recorde de baixa, o que tira um peso e custo das empresas, dos consumidores e do próprio governo. Isso é benéfico e alimenta a dinâmica para se ter mais consumo, mais investimentos e mais confiança. O Brasil está mirando crescer entre 2,5% e 3% neste ano. Portanto, o País está pronto para embarcar em um processo prolongado, tranquilo e sustentável de crescimento. A grande questão é a sustentabilidade da equação fiscal do governo.

Se as reformas avançarem após as eleições o Brasil vai crescer mais?

Se o próximo governo tocar as reformas, o Brasil pode navegar águas de tranquilidade e de crescimento sustentável. Se acertarmos todos os ponteiros nos próximos um ou dois anos, vejo o Brasil embarcando nesse caminho. As peças estão todas quase lá e temos o benefício de um ambiente internacional benigno para poder embarcar em um processo prolongado de crescimento sustentável. Tem reformas importantes que precisam ser tratadas, pois se não forem pode atrapalhar o enredo todo.

Quando as empresas voltarão a investir?

Temos no Brasil uma ociosidade de capacidade muito grande e muitas empresas não têm necessidade de levantar recursos para investir em uma nova fábrica. E aquela que está chegando perto de sua capacidade, olha para frente e vê uma eleição que será definidora de rumos.

FMI eleva projeção de crescimento para o Brasil

O Estado de S. Paulo - 18/04/2018

O Brasil deve crescer 2,3% neste ano e 2,5% no próximo, mas o ritmo de expansão deverá estabilizar-se em 2,2%, a médio prazo, pelas novas projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), se a produtividade continuar baixa como hoje. Desde antes da recessão, os economistas do Fundo têm chamado a atenção para o modesto potencial de crescimento do País, derivado de um amplo conjunto de ineficiências. O Banco Mundial apresentou estimativas muito parecidas para o desempenho brasileiro: 2,4% em 2018 e 2,5% em 2019. Por qualquer das contas, o País continua perdendo peso na economia global.

Em abril do ano passado, os técnicos do Fundo projetaram para o Brasil crescimento de 0,2% em 2017 e 1,7% em 2018. Revisadas para mais, as projeções permanecem abaixo das estimativas do mercado, 2,76% para 2018 e 3% para 2019. O Banco Central ainda estima 2,6% para este ano.

Num quadro mais limitado, Brasil e Argentina aparecem como líderes, por seu peso regional, da recuperação sul-americana. Mas a melhora é registrada em quase toda a região ao sul dos Estados Unidos. A América Latina virou a página, depois de seis anos de baixo crescimento, disse o economista-chefe do Banco Mundial para a região, Carlos Vegh.

Os latino-americanos e caribenhos cresceram 1,1% em 2017 e devem avançar 1,8% em 2018 e 2,3% no próximo ano. Excluída a Venezuela, as duas últimas taxas passam a 2,6% e 2,8%. A economia venezuelana encolheu 8,2% em 2015, 16,5% em 2016 e 14,5% em 2017. Deve diminuir mais 14,3% em 2018 e 7% em 2019, de acordo com as projeções do banco. As estimativas do FMI para esse conjunto são próximas desses números.

O produto mundial deve crescer no ritmo anual de 3,9% neste biênio, de acordo com o Fundo. A liderança continuará com China (6,6% e 6,4%) e Índia (7,4% e 7,8%), Mas um empuxo especialmente importante será proporcionado, de acordo com as estimativas, pelo crescimento americano (2,9% e 2,7%), turbinado pelo corte de impostos aprovado há alguns meses no Congresso. A recuperação global tem base ampla, disse o economista-chefe do FMI, Maurice Obstfeld, mas danos também amplos poderão ocorrer no caso de um grande conflito comercial.

Os bons efeitos da expansão do gasto público nos EUA serão temporários, disse Obstfeld. Além disso, o aumento da demanda interna deverá aumentar o déficit nas contas externas dos EUA. Nenhuma barreira comercial impedirá esse resultado, advertiu. Além disso, a combinação de barreiras e aumento desproporcional da demanda resultará em desequilíbrio externo e alta de preços internos.

Guerra comercial. No caso de guerra comercial, admitiu Obstfeld, o Brasil talvez tenha algum ganho, se os chineses criarem barreiras à importação da

soja dos EUA. Mas os efeitos tendem a ser mais amplos e complexos e, no balanço final, todos devem ter perdas.

Os dois pontos – a expansão mundial e o risco do conflito – foram mencionados logo no começo dos comentários de Obstfeld. As tensões comerciais, lembrou o economista, intensificaram-se a partir de março, quando os EUA anunciaram a intenção de sobretaxar as importações de aço e alumínio.

Fatores de otimismo e de risco formaram tanto o cenário global, apresentado no FMI, quanto o latino-americano, exposto numa entrevista no Banco Mundial. Investimento, crédito fácil e estímulos fiscais são elementos positivos no quadro mais amplo.

O risco de guerra comercial soma-se ao forte endividamento público e privado e ao perigo de turbulência financeira. Juros baixos e crédito fácil contribuíram para a reativação, no mundo rico, mas também facilitaram operações de risco e grande valorização de ativos. No cenário da América Latina, explorado mais amplamente em relatório do Banco Mundial, o desajuste fiscal, deficiências estruturais e a crescente dívida pública são as principais preocupações.

Resumindo o relatório do banco, o economista Carlos Vegh insistiu na importância de se avançar na realização da agenda de reformas. A pauta de ajustes e reformas, acrescentou, vem sendo cumprida, e isso se reflete nas condições de crescimento, ao lado da redução dos juros, do dinamismo dos mercados americano e chinês, da melhora dos preços dos produtos básicos e do ingresso de capitais estrangeiros.

Mas a expansão será comprometida, advertiu, se as mudanças forem interrompidas. Com a piora das contas públicas, o endividamento crescerá, o crédito ficará mais difícil, a inflação poderá voltar e a conta mais pesada será paga pelos pobres, os mais vulneráveis à inflação e às dificuldades econômicas.

O combate à corrupção, conduzido no Brasil e em vários outros países, como Colômbia, Equador e Peru, tende a produzir efeitos econômicos e sociais positivos, diz Vegh, pois deve resultar em menor perda de recursos, maior transparência no uso do dinheiro público e maior eficiência da administração.

Quatro bancos concentram 78% do crédito no País **O Estado de S. Paulo - 18/04/2018**

Quase 80% das operações de crédito no Brasil estão nas mãos de apenas quatro grandes bancos: Bradesco, Itaú, Caixa e Banco do Brasil, segundo dados divulgados ontem pelo Banco Central. O relatório, referente a 2017, mostra ainda que o segmento bancário brasileiro está muito próximo do limite que passa a considerar o ambiente como de “elevada concentração”.

Nos últimos meses, a questão da concentração bancária tem sido citada por economistas de fora do governo como um dos motivos para que as taxas de

juros cobradas de famílias e empresas não estejam caindo na mesma velocidade da baixa da Selic (a taxa básica de juros). A visão é de que, com menos bancos ofertando crédito, as instituições não se sentem pressionadas a cortar as taxas. Faltaria concorrência.

O relatório divulgado ontem mostrou que os quatro maiores bancos do País concentram 78,51% das operações de crédito. Em dezembro de 2007, antes da crise financeira global, esse percentual era de 54,68%. Neste período, o número de bancos atuando no Brasil diminuiu, em meio ao processo de fusões e aquisições de instituições mais vulneráveis à crise.

O domínio dos quatro maiores bancos não se limita às operações de crédito. Juntas, essas instituições controlam 72,69% dos ativos e 76,35% dos depósitos.

Entre os indicadores que o BC acompanha está o Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH), que mede a concentração econômica. Na área de crédito brasileira, o índice está em 1.741, o que representa uma “concentração moderada”. Mas se o índice ficar acima de 1.800 isso significará “elevada concentração”. No fim de 2007, era de 1.015.

Comparação. Segundo o BC, no entanto, o nível de concentração no Brasil não é diferente do visto em outros países, como os da Europa. Os EUA, que possuem mais instituições, seriam uma exceção.

O diretor de Fiscalização da instituição, Paulo Souza, afirmou, durante apresentação do relatório, que a instituição tem adotado medidas para que o spread (a diferença entre o custo de captação dos bancos e o que é efetivamente cobrado do consumidor) possa cair mais rapidamente.

A Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) diz que não há concentração excessiva no mercado bancário. Citando estudo de 2014 do FMI, a entidade afirma que a concentração no Brasil é menor que no Canadá, Japão, Reino Unido, França e Espanha.

Mais competição nos empréstimos imobiliários

O Estado de S. Paulo - 18/04/2018

Com a obtenção de lucro elevado em 2017 (R\$ 12,5 bilhões), que possibilitou a regularização de suas contas, e considerando ainda a queda da taxa básica de juros para 6,5% ao ano e a disponibilidade de mais recursos com a redução dos depósitos compulsórios pelo Banco Central, a Caixa Econômica Federal, como já se previa, ajustou suas taxas de juros. Pode, assim, voltar a atuar com mais força na área de habitação, atendendo uma maior clientela e contribuindo para o aquecimento do mercado imobiliário e, por consequência, da construção civil.

Na segunda-feira passada, a instituição informou que a taxa de juros no Sistema Financeiro da Habitação (SFH) baixou de 10,5% para 9% ao ano para

imóveis residenciais no valor de até R\$ 800 mil em todo o País, exceto nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e no Distrito Federal, onde o montante sobe para R\$ 950 mil

Paralelamente, caiu de 11,25% para 10% ao ano a taxa para empréstimos enquadrados no Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), linha para grandes investidores institucionais, como fundos de pensão, fundos de renda fixa, seguradoras e bancos de investimento.

Para estimular ainda mais o mercado, que não tem reagido no mesmo ritmo que a atividade econômica em geral, a Caixa elevou o limite da cota de financiamento de imóveis usados de 50% para 70% e retomou financiamento de operações de financiamento, também com cota de 70%, para a aquisição de imóveis cuja construção foi financiada por outras instituições financeiras.

A decisão da direção da Caixa prenuncia uma concorrência mais acirrada nessa área. A Caixa vinha cobrando juros no crédito imobiliário acima dos praticados pelos bancos privados, uma das razões pelas quais vinha perdendo mercado nos últimos meses. Com os ajustes agora feitos, a expectativa é de que a instituição possa retornar à posição de liderança que detinha no mercado, quando chegou a responder por 70% dos financiamentos imobiliários concedidos no País.

A Caixa destinou R\$ 82,1 bilhões para o crédito imobiliário em 2018, R\$ 1,2 bilhão a mais que no ano passado (R\$ 80,9 bilhões). A meta, segundo a diretoria da instituição, é financiar 650 mil unidades de habitação até o fim de dezembro, número que pode até aumentar, a depender da evolução da economia.

72% do dinheiro captado pelos bancos financia o setor público

Valor Econômico - 18/04/2018

Com a forte piora da situação fiscal do país, especialmente a partir de 2014, uma fatia expressiva e crescente da poupança financeira passou a ser drenada para financiar o desequilíbrio das contas públicas. No fim do ano passado, 72,2% de todos recursos captados pelo sistema bancário financiavam o setor público, na forma de títulos públicos, operações compromissadas ou empréstimos, segundo estudo do Centro de Mercado de Capitais (Cemec) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Esse movimento ocorre "em detrimento do setor privado", como destaca o economista Carlos Antônio Rocca, diretor do Cemec. Nesse cenário, sobra menos de 28% do dinheiro levantado pelas instituições bancárias para serem destinados a empresas e famílias.

Rocca ressalta a evolução de outros indicadores que evidenciam como o setor público abocanha uma fatia significativa da poupança financeira no país. Em 2014, por exemplo, os títulos públicos representavam 37% da carteira dos investidores institucionais (fundos de investimento, fundos de pensão, planos

de previdência aberta e seguradoras), a menor fatia desde 2007; em 2017, esse número atingiu 52%.

A dívida pública bruta em relação ao PIB subiu de pouco menos de 51% do PIB em 2013 para mais de 73% do PIB no fim de 2017, aponta o estudo. No mesmo período, o endividamento de empresas e famílias passou de 60% para 56,3% do PIB, tendo atingido 64,5% do PIB em 2015. Com isso, a participação do setor público aumentou entre 2013 e 2017 de 47% para 57% do endividamento total (a soma da dívida pública com a privada).

"Esses números mostram a intensidade do chamado 'crowding out' do setor privado", diz Rocca, referindo-se ao fenômeno pelo qual o setor público toma espaço de empresas e famílias, absorvendo uma grande parcela da poupança da economia. Há, desse modo, uma forte restrição do fluxo de recursos para o financiamento do setor privado. Rocca observa que as empresas têm enfrentado dificuldades decorrentes de níveis excessivos de endividamento. Nesse ambiente, elas procuram diminuir as dívidas, um processo mais lento no caso de companhias pequenas e médias, de acordo com ele.

O estudo do Cemec enfatiza ainda a evolução da poupança doméstica bruta nos últimos anos. Pelo resultado das contas nacionais, essa taxa teve uma pequena alta de 2016 para 2017, aumentando de 13,9% para 14,8% do PIB. No entanto, ainda é bastante inferior à média de 2010 a 2013, de 18,2% do PIB.

A deterioração das contas públicas nos últimos anos teve efeito dramático sobre a poupança, enfatiza Rocca. A queda da taxa se deveu integralmente à piora da situação do setor público. Em 2012, União, Estados e municípios poupavam o equivalente a 0,57% do PIB; em 2017, esse número ficou negativo em 7% do PIB. Nesse mesmo período, a poupança de empresas e famílias subiu de 17,5% para 21,8% do PIB.

Rocca observa que o desempenho da taxa de poupança do setor privado é ainda melhor quando se calcula a taxa como proporção do PIB depois do pagamento de impostos. Por esse critério, a poupança do setor privado se eleva para 32,5% do PIB em 2017, o maior nível desde 2000 e superior à média de 28,1% do PIB do período de 2000 a 2015.

"O problema da poupança no Brasil está relacionado ao setor público", diz Rocca. Segundo ele, o estudo não corrobora a ideia de que o setor privado brasileiro não poupa. "O nível de poupança do setor privado não é asiático, mas é considerável."

Para Rocca, a melhora recente na situação do setor privado está "aparentemente associada" ao esforço de redução do endividamento de empresas e famílias na crise. Na recessão, consumidores tendem a ficar mais cautelosos, num quadro de desemprego elevado, e muitas companhias alteram a política de distribuição de dividendos, aumentando a parcela de lucros retidos.

Para aumentar a taxa de poupança brasileira, é fundamental resolver o desequilíbrio das contas públicas, ressalta o economista. Países que poupam pouco têm dificuldade para financiar o investimento, o que afeta as perspectivas de expansão da economia a taxas mais elevadas.

"É preciso aumentar o investimento para o país crescer", diz Rocca, ressaltando a "elevada correlação" entre as taxas de variação do PIB e da formação bruta de capital fixo (FBCF, medida do que se investe em máquinas e equipamentos, construção civil e inovação). De 2004 para cá, ela chega a 0,97. No estudo, Rocca observa que em 2017 a taxa de investimento (incluindo a variação de estoques) ficou em 15,5% do PIB, quase idêntica aos 15,4% do PIB de 2016 e muito abaixo da média de 21,7% do PIB registrada entre 2010 e 2013. "Certamente essa forte queda é o principal fator que explica a intensidade da recessão da economia brasileira em 2015 e 2016 e que só em 2017 deu sinais de reversão", afirma ele.

Crédito cooperativo cresce 15% em 2017

Valor Econômico - 18/04/2018

Enquanto o crédito bancário encolheu no ano passado pelo terceiro ano seguido em termos reais, os empréstimos nas cooperativas tiveram expansão de 15% em 2017, para R\$ 92,5 bilhões. O segmento terminou o ano passado com 9,2 milhões de associados, 5,8 mil pontos de atendimento - maior que a rede do Banco do Brasil, com 4,8 mil -, e uma fatia de 4,6% dos depósitos do Sistema Financeiro Nacional (SFN), ou R\$ 129 bilhões.

Entre as razões para a expansão do cooperativismo estão a melhora na segurança, depois da instituição do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o aumento da governança e a maior competitividade em taxas e tarifas em relação aos bancos tradicionais. Além disso, o movimento de desbancarização e o surgimento de "fintechs" também favoreceram os bancos cooperativos, em que o lucro é devolvido ao cliente, na medida do uso dos serviços. O próprio presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, tem citado o estímulo às cooperativas e bancos menores como forma de incentivar a concorrência no setor.

A meta das cooperativas é disputar espaço com os grandes bancos e chegar a 10% de participação de mercado até 2025. No fim de 2017, o setor tinha uma fatia de 3,27% no crédito.

Apesar do crescimento contínuo nos últimos anos, a participação ainda é muito pequena quando comparada com economias maduras da Europa Ocidental e da América do Norte. Na França e na Alemanha, por exemplo, as cooperativas participam com 60% e 20%, respectivamente, dos depósitos totais. Nos EUA, onde o cooperativismo virou bandeira de movimentos como o "Occupy Wall Street", de protesto contra os grandes bancos, atinge 33%.

No Brasil, a região Sul lidera com participação de 17,2% das cooperativas nos depósitos -sendo 28,7% em Santa Catarina- devido à forte presença do

agronegócio. A carteira de crédito está concentrada nas pessoas físicas, que representam dois terços do total. As principais modalidades são financiamentos rurais e agroindustriais, além de empréstimos pessoais com e sem consignação em folha. As operações voltadas a pessoas jurídicas concentram-se em empréstimos para capital de giro.

Atualmente o Brasil tem cerca de mil cooperativas de crédito e quatro confederações: Cresol, Unicred, Sicredi e Sicoob, sendo que as duas últimas são as únicas que possuem bancos. A maior parte dos pontos de atendimento fica nas regiões Sul (45% do total) e Sudeste (36%).

Para João Tavares, presidente-executivo do Banco Cooperativo Sicredi, um dos apelos das cooperativas é ter custo mais baixo, porém com experiência e um atendimento mais próximo. Ele afirma que o Sicredi cresce a uma taxa anual de quase 20%. "Com a crise, a maioria dos bancos puxou o freio de mão, mas nossa atividade é dentro da comunidade, que não parou por causa da crise mundial", disse.

Segundo Lucio César de Faria, diretor-executivo do FGCoop, o sistema de cooperativas ganhou confiança nos últimos anos ao melhorar a governança, após a exigência do BC de profissionalização das diretorias, além da criação do próprio fundo garantidor, com a possibilidade de indenização em caso de quebra de uma cooperativa. "Sem dúvida, igualou as condições de competitividade com o sistema bancário comercial. Inclusive, até o valor da indenização é igual: R\$ 250 mil por CPF e CNPJ."

Na avaliação de Marco Aurélio Almada, presidente do Bancoob (do sistema Sicoob), ao atingir o patamar de 10% dos depósitos do sistema a atuação das cooperativas de crédito "mudaria de patamar". "Nós passaríamos a ser um ator que ainda trabalha em 'gaps' do sistema, mas ajuda a regular e melhorar a justiça financeira na relação com os clientes." Ele aponta que a expansão acelerada do setor não é um "voo de galinha" e vem acontecendo de maneira sólida.

O executivo do Sicredi afirma que, ao ter um relacionamento mais próximo com o cliente e a comunidade em que estão inseridos, os bancos cooperativos conseguem mensurar melhor os riscos e isso os ajuda a ter uma inadimplência que é quase a metade do sistema. Entretanto, também significa um custo operacional maior. O índice de eficiência é superior a 60% (quanto menor o percentual, melhor), enquanto nos grandes bancos fica perto de 40%. Por essa razão, nos últimos anos o setor tem investido pesado em tecnologia e automatização de processos.

Mesmo assim, o Sicredi não pensa em reduzir o número de agências, como tem ocorrido com os bancos tradicionais. "Vai chegar o dia em que as transações financeiras serão commoditizadas. O diferencial competitivo não será o empréstimo, mas sim o relacionamento com as pessoas", aponta Tavares.

Operações liberadas pelas cooperativas representam 3,3% do SFN e somam R\$ 92,5 bilhões

Almada, do Bancoob, lembra que, com a consolidação dos bancos estaduais nos anos 1990, criou-se um déficit de agências em cidades pequenas do interior, que vem sendo suprido pelos bancos cooperativos. "Nós abrimos 160 agências no ano passado. Já temos presença em todos os Estados há alguns anos, mas nosso polo difusor é o Sudeste, Centro-Oeste e Santa Catarina."

A Unicred, terceira maior confederação do país, também tem planos de expandir sua rede de atendimento. Apesar de ser menor que Sicoob e Sicredi, a entidade conta com 240 agências em dez Estados, atendendo 200 mil clientes. Diferentemente das outras duas, que tiveram origem no crédito rural, a Unicred começou como uma cooperativa para médicos. "Queremos reforçar nosso conceito como uma marca 'premium'. Nosso tíquete médio é bem maior que em outras cooperativas, em torno de R\$ 10 mil", afirma o executivo-chefe, Fernando Fagundes. Segundo ele, a confederação, que passou por um processo de encolhimento no começo da década, já voltou a crescer e tem capacidade para dobrar o número de cooperados.

Não é por apostar no contato mais próximo com o cliente, no entanto, que os bancos cooperativos não investem nos canais digitais. Segundo o presidente do Sicoob, hoje 71% das transações já são feitas dessa forma. Já Tavares, do Sicred, conta que o sistema deve lançar seu banco digital, batizado de Woop, em maio.

Em relação ao crédito em si, o Sicredi tem uma carteira de R\$ 43,891 bilhões, enquanto a carteira do Sicoob soma R\$ 42,865 bilhões. Em geral, dois terços são destinados a pessoa física e o restante para pessoa jurídica. A atuação com empresas é mais recente e a perspectiva é de crescimento, até mesmo em função da entrada no mercado de credenciamento de lojistas para pagamento com cartões, que impulsiona as operações de antecipação de recebíveis.

"Entramos nesse mercado há três anos e já temos 200 mil usuários das máquinas Sipag. Estamos crescendo a taxas muito expressivas", conta Almada, do Sicoob. "Nós lançamos nossa maquininha em novembro do ano passado e temos mais de 20 mil clientes. O resultado é impressionante, estamos tendo problemas bons [para atender toda a demanda]", comenta Tavares, do Sicredi.

O Sicoob teve lucro - chamado de "sobras líquidas" nos bancos cooperativos - de R\$ 2,783 bilhões no ano passado. Já o Sicredi registrou lucro de R\$ 2,346 bilhões. No Sicoob o dinheiro é inteiramente devolvido aos cooperados, enquanto no Banco Sicredi o lucro é dividido com o Rabobank, banco cooperativo holandês que tem uma fatia de 23,97% no brasileiro. Além disso, a International Finance Corporation (IFC), membro do Banco Mundial, tem uma participação de 3,15%.

"Quando fizemos o acordo com o Rabobank, em 2011, era importante trazer o 'expertise' de um banco mundial de primeira linha. Eles nos ajudaram em processos, governança, tecnologia. O IFC também trouxe muito avanço, qualificou a gestão", comenta Tavares. Segundo ele, a ideia é manter a parceria com o banco holandês, mas é possível que a participação do Rabobank seja gradualmente diluída nos próximos anos.

O setor demanda agora um papel maior na distribuição de recursos de fundos constitucionais, como FNE (Fundo do Nordeste) e FCO (Centro-Oeste), que hoje estão a cargo dos bancos públicos. "Podemos atuar como agentes pulverizadores desses recursos. O cooperativismo poderia auxiliar os bancos administradores a levar esse dinheiro a quem precisa, que são os microempreendedores", disse Thiago Abrantes, coordenador de crédito do Sistema OCB.

Para analistas, Caged de março terá saldo positivo pelo terceiro mês seguido

Valor Econômico - 18/04/2018

O mercado de trabalho brasileiro registrou em março saldo positivo na criação de vagas formais, segundo a expectativa de economistas. A média das projeções captadas pelo Valor Data é de geração de 38 mil vagas. Se realizada a estimativa, será o terceiro mês consecutivo de resultado no azul. Também será o primeiro Caged positivo no mês desde 2015, quando 19,28 mil vagas foram criadas.

O intervalo das previsões é amplo, vai de queda de 34,9 mil a alta de 73 mil empregos gerados. Em março de 2017 houve perda de 63 mil postos formais de trabalho. Em 2016, destruição de 118,8 mil.

De acordo com o economista Artur Manoel Passos, do Itaú Unibanco, a criação de empregos na indústria paulista e no setor automotivo e os indicadores de confiança do mês apontam um saldo positivo de 73 mil vagas. "O número reflete a melhora gradual que vem ocorrendo no mercado de trabalho formal desde o primeiro trimestre de 2017. Primeiro, houve cada vez menos destruição de empregos e, agora, há a criação de vagas", afirma.

De acordo com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o setor criou 10 mil vagas no Estado em março e 23 mil no primeiro trimestre, este o melhor resultado desde 2013. A confiança empresarial, medida pela Fundação Getulio Vargas (FGV), atingiu o no mês passado o maior nível desde abril de 2014 (95 pontos).

O Itaú mantém a estimativa de geração de um milhão de empregos formais neste ano, mas esse número pode ser reduzido. "Vemos um balanço de riscos para baixo. O quadro eleitoral eleva a incerteza sobre as reformas necessárias ao país e isso pode afetar a confiança, que por sua vez teria impacto sobre a criação de empregos".

Ao contrário de outras instituições, o Itaú manteve a projeção de crescimento de 3% no Produto Interno Bruto (PIB) do país em 2018, após dados mais fracos de atividade em janeiro e fevereiro. Um Caged abaixo do esperado em março seria mais um sinal de alerta, mas ainda não suficiente para alterar essa projeção. "São necessários mais elementos", diz Passos.

Na outra ponta, a consultoria Pezco vê um Caged ainda negativo (-34,9 mil), embora com menos vagas fechadas que nos anos anteriores. Para o economista Helcio Takeda, a exemplo do ano passado, o comércio deve registrar demissões líquidas no mês.

Embora também espere criação de um milhão de vagas no saldo do ano, Takeda diz que, em março especificamente, não viu elementos que coloquem o dado no azul. Indústria e administração pública, diz, devem vir positivos, mas não o suficiente para compensar a queda no comércio e na agricultura. Os demais setores, como serviços, devem ficar no zero a zero.

O Banco Fator prevê a criação de 32,9 mil empregos em março. Com isso, o saldo iria para novas 117 mil vagas criadas em 12 meses, contra 20 mil nos 12 meses anteriores.

Refis eleva gasto com juros e dívida da União, mostra Receita Valor Econômico - 18/04/2018

O último programa de parcelamento de dívidas tributárias pode ter gerado um gasto adicional com juros da União superior a R\$ 3 bilhões em um ano, segundo cálculos feitos pela Receita Federal. De acordo com o coordenador de cobrança da Receita, Marcos Flores, muitas empresas e famílias têm aproveitado os sucessivos programas de parcelamento especial, como o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), para se financiar ou fazer estratégias de investimentos a partir de recursos que deveriam ser usados pagar tributos, ganhando ou economizando às custas da União.

A consequência é que a União acaba tendo menos recursos disponíveis para pagar sua dívida e precisa se financiar mais no mercado. "Entre janeiro de 2017 e janeiro de 2018, União gastou mais R\$ 3,4 bilhões para financiar os contribuintes que optaram pelo Pert. É quanto a União pagou a mais pegando dinheiro por meio de títulos públicos para financiar estes contribuintes", disse Flores ao Valor.

A conta tem caráter ilustrativo e é uma extrapolação de um exemplo individual aplicado sobre o estoque de R\$ 161 bilhões de crédito tributário que ingresso no programa e parte da hipótese de pagamento à vista em janeiro de 2018, com desconto de 70% da multa e 90% dos juros.

Outra ponderação é que cada contribuinte tem uma situação específica e há também grande parte de débitos mais antigos do que janeiro de 2017, o que aumentaria esse valor perdido pelo governo.

O exemplo individual elaborado pela Receita considera uma empresa que optou por deixar de pagar R\$ 100 milhões ao Fisco em janeiro do ano passado, colocou o dinheiro em uma aplicação livre de risco (Selic) e teve um ganho líquido de R\$ 1 milhão, considerando sua adesão ao parcelamento especial e o pagamento à vista com descontos em janeiro de 2018. Se o dinheiro tivesse sido aplicado em um fundo de ações small caps, a Receita calcula que o ganho líquido nesse caso seria de R\$ 25,4 milhões.

Flores destaca que o prejuízo do governo ocorre mesmo nos casos de menor desconto de multa e juros previstos no último programa de parcelamento. Isso porque, destaca, enquanto os juros aplicados sobre a dívida renegociada com o Fisco corre indexada a juros simples, a União paga juros compostos nos títulos emitidos.

Outro aspecto apontado é que algumas dívidas renegociadas e de valores relevantes teriam como ser, cedo ou tarde, recuperadas pela União, o que tornaria mais evidente ainda a situação de que o governo se endivida para financiar. O índice de adesão ao programa de regularização entre os contribuintes com maiores volumes de garantia arroladas (que ficam vinculadas a um débito) pela Receita Federal foi bem maior do que entre aqueles com poucas ou nenhuma garantia.

No primeiro grupo, 35% dos contribuintes com 100% de dívida com garantias aderiram ao parcelamento. Já entre os que não têm garantia, ou no máximo 5% do valor devido coberto por garantias, o nível de adesão é de 10%. "Isso demonstra que quem mais usa os parcelamentos especiais não é quem está com dificuldade financeira, mas aquele que não tem mais escapatória e paga de qualquer jeito", afirmou Flores.

A Receita tem se posicionado contra os parcelamentos especiais, não só pelo prejuízo que causa à União em termos financeiros e de deterioração de base arrecadatória, mas também porque beneficia aqueles que não pagam suas dívidas.

Para Marcio Gonçalves, chefe da divisão de classificação e análise de arrecadação da Receita Federal, para os casos de dificuldade momentânea das empresas, o Fisco tem opção de parcelamento ordinário, que é corrigido pela taxa Selic e em 60 parcelas, que já seria muito mais vantajoso do que tomar crédito no mercado e não ocorre em outros lugares do mundo.

"É importante lembrar que aquele que pagou o tributo corretamente está sofrendo concorrência desleal daqueles que não estão pagando tributos e se financiando dessa forma", disse Gonçalves.

Crédito residencial vive recuperação em 2018

Valor Econômico - 18/04/2018

Depois de três anos seguidos de quedas nos financiamentos à casa própria, esse segmento do mercado brasileiro começa a reagir. No primeiro bimestre do ano, o volume de crédito para aquisição de residências saltou 17,7% em relação ao mesmo período de 2017, segundo a Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário (Abecip).

Se nos primeiros dois meses do ano passado havia 15 Estados e o Distrito Federal com volume de financiamentos residenciais em queda, em 2018 o quadro se inverteu: no primeiro bimestre do ano, 19 unidades da federação apresentam crescimento. Os dados da Abecip mostram agora apenas oito Estados com recuo.

"Janeiro e fevereiro estão confirmando a tendência de recuperação de 2017", resume Celso Petrucci, presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII), da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Na comparação entre 2017 e o ano anterior, a CBIC identificou um aumento de 5% no número de unidades lançadas no país e de 9% no volume de imóveis vendidos, a partir de levantamentos realizados em 22 cidades e regiões.

A realidade, porém, ainda está distante muito distante daquela de 2014, quando o mercado atingiu o pico da série histórica de financiamentos imobiliários. "O estrago foi rápido. Para sair dessa crise vamos levar de dois a três anos", sustenta Petrucci.

Em 2017, o volume de financiamento para imóveis residenciais somou R\$ 42,03 bilhões - 2,5 vezes menos do que em 2014, conforme atestam dados da Abecip. Em janeiro e fevereiro deste ano, o montante de crédito imobiliário para o segmento totalizou R\$ 7 bilhões, contra cerca de R\$ 6 bilhões nos primeiros dois meses de 2017 e R\$ 6,2 bilhões em igual período de 2016.

A recuperação ainda se dá de maneira desigual, esclarece Gilberto Duarte de Abreu Filho, presidente da Abecip, citando a Paraíba como o Estado em que os financiamentos de imóveis residenciais mais cresceram (+69,6% no bimestre). Na lista de destaques positivos aparecem ainda Pernambuco (+56,1%) e Rio Grande do Sul (+34,7%).

Já nos dois maiores mercados do país os resultados são opostos. Enquanto São Paulo registrou no bimestre incremento de 26,1% no crédito imobiliário residencial, o Rio de Janeiro amarga uma retração de 18%. "Em termos de vendas residenciais, o quarto trimestre de 2017 foi o melhor dos últimos dois anos", diz Claudio Hermolin, presidente da Brasil Brokers, segunda maior rede de imobiliárias do país, e presidente da Associação de Dirigentes do Mercado Imobiliário (Ademi). Embora positivos, os resultados da Brasil Brokers se concentram majoritariamente em São Paulo, praça que respondeu - em valor de mercado - por 73% dos lançamentos a cargo da empresa no ano passado.

"O que falta [ao Rio de Janeiro] é uma saída para a crise. Essa é uma solução que nós ainda não enxergamos ", diz Hermolin. Para o presidente da Brasil Brokers, o Estado sofre com uma combinação de fatores negativos que inclui crise fiscal, retração da indústria petrolífera e, também, recrudescimento da violência.

Apesar de o volume de crédito imobiliário no Rio ter encolhido no primeiro bimestre, a demanda começa a reagir no segmento de alto e médio padrões, conta Marco Adnet, diretor-executivo da Tegra no Rio de Janeiro. Lançando em março pela incorporadora, o Stories Residence, na zona oeste, teve 86 unidades (30% do total) escrituradas no fim de semana de estreia. No ano passado, a Tegra não teve lançamentos no Rio. "Não é uma recuperação que a gente possa classificar como consistente ou definitiva."

Nos últimos três anos, todas as variáveis que permitem ao mercado se expandir, como juros baixos, crescimento econômico, otimismo e o ganho de renda, caminharam no sentido contrário, justifica o presidente da Abecip. A queda na taxa básica (Selic) ainda produz efeitos limitados devido às incertezas políticas e econômicas. "Você consegue garantir, num país como o Brasil, que vamos ter Selic de 6,5% ao ano daqui a 15 anos?", questiona Hermolin, da Brasil Brokers.

‘Estamos discutindo janela mais ampla de saque do PIS/Pasep’

O Globo - 18/04/2018

Sem os recursos das contas inativas do FGTS para turbinar o PIB, o governo está em busca de outros incentivos que não tenham impacto sobre as contas públicas. Em sua primeira entrevista exclusiva, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, afirmou ao GLOBO que a equipe econômica apoia uma proposta do Congresso de criar uma janela para que trabalhadores de qualquer idade saquem recursos do PIS/Pasep depositados até 1988. Segundo ele, isso pode injetar até R\$ 15 bilhões na economia.

O teto de gastos é cada vez mais complicado de cumprir uma vez que não houve reforma da Previdência. Até quando ele é sustentável?

Sem reforma, já é muito difícil (cumprir o teto) em 2019, porque a despesa discricionária (que se pode cortar) está em R\$ 98 bilhões e é difícil os órgãos cortarem. Eu poderia zerar os investimentos, mas isso é uma coisa complicada de fazer, porque tenho obras em andamento. Em 2019 dá para sobreviver? Dá. Mas em 2020 não dá. Você tem que aprovar alguma reforma.

Mesmo 2019 fica muito apertado então...

É, por isso que é muito importante aprovar o projeto da reoneração da folha. São R\$ 16 bilhões de despesas que você poderia agregar nas discricionárias. Sairia de R\$ 98 bilhões para R\$ 114 bilhões. Mas não tem como não fazer uma reforma da Previdência. Ela daria uma economia de R\$ 5 bilhões este ano. Ai

teria um 2019 mais tranquilo. E, num segundo ano, o ganho seria de R\$ 14 bilhões.

Como ficará o adiamento do reajuste do funcionalismo?

Em 2019, temos um novo reajuste do funcionalismo. Podemos tentar, de novo, postergar.

O governo vai insistir no adiamento do reajuste de 2018 para 2019?

A cada mês que passa fica mais difícil. Você vai criando muita dificuldade. Mas essa é uma carta que está na mesa.

O que mais o governo precisa para manter o Orçamento de 2019 dentro do teto?

Repensar alguns órgãos. Transformar alguns órgãos em organização social. O ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) é um centro de excelência. Poderia ser uma boa organização social e aí teria recursos da iniciativa privada e do governo. Mas a folha seria fora do governo. O governo atravança vários órgãos porque está numa situação de fragilidade fiscal.

O que preocupa hoje do ponto de vista da despesa?

Ainda não caiu a ficha de que o Estado não pode tudo. O Estado tem sérias limitações para cumprir com as suas obrigações. Há uma demanda natural das pessoas de ter uma saúde melhor, educação melhor, transporte público com passagem menor. O desejo das pessoas é infinito. Mas o Estado chegou a um ponto em que não consegue mais atender a isso. E ele tem tido dificuldade de demonstrar. Estou dando benefício há 20, 30 anos a alguns setores e nem assim eles têm demonstrado essa competitividade. Será que não posso realocar isso em outro local, mais alinhado com a economia de hoje?

O IBC-BR teve alta de apenas 0,09%. Já tem analista revendo a projeção de crescimento. O senhor continua otimista?

Estamos otimista. Não se imagina não crescer este ano. Pode crescer menos, mais próximo do produto potencial, que seria 2,3%. Com relação ao sinal amarelo, estamos o tempo todo com o sinal amarelo, avaliando qual medida adotar para que o mercado faça seus investimentos. Estamos numa discussão, junto com o relator do PIS/ Pasep (deputado Lasier Martins/PSD-RS), para permitir janela mais ampla de eventuais saques para que esses recursos entrem para abater dívida, para que as pessoas possam se reorganizar.

O que é uma janela ampla?

O relator tem a ideia de criar um período em que as pessoas possam acessar a conta do PIS/ Pasep antes de 1988, independentemente da idade. A regra era 70 anos ou aposentado. Diminuímos para 60 anos e estamos numa discussão com o relator. Ele apresentou proposta que diz que, por um período,

independentemente da idade, se você tem saldo na conta, pode sacar. Isso pode gerar de R\$ 10 bilhões a R\$ 15 bilhões. Vai resolver a economia? Não, mas pode ajudar.

Temer aposta em liberação de até R\$ 66 bi **O Globo - 18/04/2018**

Num cenário de retomada da atividade ainda patinando, baixa popularidade do governo e com um contingente de 13 milhões de desempregados em ano de eleições, o governo recorre a medidas sem impacto fiscal para tentar estimular a economia. Sem margem de manobra para iniciativas mais ousadas, as ações incluem a redução de depósitos compulsórios, já feita pelo Banco Central, que vai liberar R\$ 25,7 bilhões para empréstimos, e a permissão para que trabalhadores de qualquer idade possam sacar recursos do PIS/ Pasep depositados até 1988, o que pode resultar em estímulo de 15 bilhões. Aliadas a outras iniciativas, estas propostas têm potencial de injetar até R\$ 66 bilhões na economia.

Está nessa lista ainda a regulamentação do uso do FGTS para garantir empréstimos consignados, iniciativa que começou a ser discutida há mais de um ano e que pode injetar entre R\$ 10 bilhões e R\$ 18 bilhões na economia em 2018. Os técnicos do governo avaliam ainda que o pagamento dos acordos relativos a perdas com planos econômicos também terá efeito benéfico ao injetar pelo menos R\$ 7,2 bilhões.

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, disse ontem ao GLOBO que o governo negocia com o relator da medida provisória (MP) do PIS/Pasep, Lasier Martins (PSD-RS), a abertura de uma janela para permitir saques em qualquer idade. A MP diminui de 70 para 60 anos a idade em que o saque é permitido. O relator, contudo, quer ampliar a permissão e tem a simpatia do governo. A equipe econômica negocia com a Caixa e a Febraban para agilizar a regulamentação do uso de parte dos recursos da conta do FGTS como garantia a empréstimos consignados para trabalhadores do setor privado.

Iniciativas de curto prazo

Apesar de o governo estar concentrado em medidas que reequilibrem as contas públicas, como a privatização da Eletrobras e as negociações sobre a chamada cessão onerosa — que renegocia contrato com a Petrobras —, essas ações podem ajudar a equipe econômica a entregar o crescimento de 3% estimado oficialmente para este ano.

A injeção de novos recursos na economia, aliada a medidas que barateiam o crédito, possibilita que os cidadãos consigam pagar suas dívidas e, ainda, consumir. É nisso que o governo aposta. O movimento é similar ao saque das contas inativas do FGTS, mas o governo sabe que, dessa vez, o estímulo deve ocorrer em uma proporção bem menor. O saque, realizado no ano passado, possibilitou um estímulo de R\$ 40 bilhões e deu uma ajuda importante para a retomada econômica. Em 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou alta de

1%, após dois anos de retração. Já não existe, porém, espaço para repetir um impulso de curto prazo de igual magnitude.

O economista-chefe da Austing Rating, Alex Agostini, acredita que as medidas podem dar um impulso extra, mas somente se forem associadas a um contexto de retomada da economia, com recuperação do mercado de trabalho:

— Essa medidas, isoladas, têm pouca força. Mas conjugadas com o cenário macroeconômico favorável, com setores voltando a empregar, podem ajudar. No caso do compulsório, os bancos têm mais recursos para emprestar. Mas quem garante que os bancos vão emprestar? E se os bancos emprestarem, vai ter tomador? O mercado de trabalho precisa se restabelecer.

Neste ano, a estimativa oficial de crescimento é de 3%. Técnicos do governo, no entanto, reconhecem que a economia perdeu fôlego, e analistas de mercado já preveem crescimento de 2,76%, conforme boletim Focus divulgado na segunda-feira. A equipe econômica, contudo, sustenta que um PIB de 3% ainda é crível.

Mercado se ajusta a retomada 'mais gradual'

O economista Gabriel Leal de Barros, da Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado Federal, explica que o mercado está readequando expectativas após um otimismo com o resultado de 2017. A própria IFI estima que o país terá um crescimento de 2,7% neste ano. Ele cita que, no ano passado, o saque do FGTS e a liberação de parte dos recursos do PIS/Pasep impulsionaram a economia, mas os indicadores “mais recorrentes” apontam para uma retomada muito mais gradual se não houver impulsos extraordinários tão fortes:

— No ano passado, o FGTS funcionou como um impulso temporário muito forte, ajudou a acelerar. Os demais fatores indicam uma retomada muito mais gradual. Esse quadro não mudou.

Cadastro positivo não avança **Correio Braziliense - 18/04/2018**

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tomou a frente das negociações, mas não conseguiu fazer com que a Casa aprovasse o projeto do cadastro positivo, uma das medidas que visam aumentar a competitividade e reduzir os juros no setor financeiro, mesmo tendo o assunto entrado em pauta da Casa nas últimas três semanas. A matéria começou a tramitar no Congresso em junho de 2017, mas enfrenta resistências de muitos parlamentares, que alegam que haveria exposição excessiva de dados dos clientes.

O projeto cria um sistema que relaciona clientes considerados bons pagadores, ou seja, que oferecem baixo risco de inadimplência aos bancos, que, por conta disso, poderiam receber dos bancos ofertas de crédito com taxas mais baixas. As informações transitariam entre as instituições financeiras e facilitariam a

concessão de crédito, segundo o Banco Central, com o objetivo de beneficiar as pessoas que pagam as contas e dívidas em dia.

“O cadastro poderia ajudar a reduzir os juros. É uma das medidas que daria certo, mas está demorando muito”, disse o presidente da Macroplan, Cláudio Porto.

A lei atual permite que os clientes bancários tenham essas informações divulgadas, mas eles têm que solicitar a inclusão das referências no banco de dados. Com o projeto, os dados seriam cadastrados automaticamente. Cada pessoa receberá uma pontuação referente ao histórico de crédito e, se desejasse ficar de fora do cadastro, precisaria solicitar aos bancos a exclusão do cadastro.

Oligopólio mantém juros altos

Correio Braziliense - 18/04/2018

Os juros bancários não estão caindo como esperava o Banco Central. Uma das explicações é a de que há uma concentração elevada no mercado financeiro. Segundo o Relatório de Estabilidade Financeira (REF), no fim do ano passado, os quatro maiores bancos (Caixa Econômica Federal, Bradesco, Banco do Brasil e Itaú) detinham 78,5% das operações de crédito no país e 76,3% dos depósitos bancários. Isso se reflete nos lucros das instituições, que voltou a crescer em 2017, depois de cair quase 20% no ano anterior. Elas tiveram ganhos de R\$ 57,6 bilhões em 2017 frente a R\$ 50,3 bilhões em 2016.

A concentração bancária aumentou fortemente entre 2007 e 2017. Há 11 anos, os quatro maiores bancos detinham 54,6% das operações e 59,3% dos depósitos. Apesar de ter crescido entre junho e dezembro de 2017, a concentração dá aos grandes bancos o poder de controlar as taxas de juros do mercado.

Desde o segundo semestre de 2016, o BC vem diminuindo a taxa Selic, que deve cair para 6,25% ao ano na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em maio. O recuo, porém, não é acompanhado na mesma velocidade pelos bancos. Para Cláudio Porto, presidente da Macroplan, é evidente que há uma correlação muito forte entre a concentração e a queda lenta de juros bancários. “É quase uma competição oligopólica, em que as empresas têm condições de impor uma taxa de juros”, afirmou. “Se o mercado fosse mais pulverizado, a chance de os juros serem mais baixos seria muito maior”, comentou.

O analista destacou, porém, que a concentração não é o único motivo para a lentidão da queda dos juros. Para ele, há grande insegurança no ambiente de negócios, principalmente por conta da Justiça, que classificou como “cara” e “lenta”. “Isso impõe um spread (diferença entre custo de captação e de concessão) muito elevado. Sabemos que a situação melhorou muito, mas ainda é muito prejudicial ao credor”, opinou Porto.

A nova diretora de Administração do Banco Central, Carolina de Assis Barros, que passou por uma sabatina na tarde de ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, lembrou que o projeto admitiu que os spreads bancários estão caindo em ritmo mais lento do que o desejado. “É preciso perseverança, pois não vamos resolver isso com retórica ou ‘na marra’. Por isso, construímos a Agenda BC+, com medidas para melhorar as garantias no sistema financeiro e reduzir a assimetria de informações por meio, por exemplo, do cadastro positivo (veja matéria ao lado)”, afirmou.

Carlos Eduardo de Freitas, ex-diretor do Banco Central, apontou que um dos motivos para os juros elevados é o tamanho da dívida bruta brasileira, que está em cerca de 75% do Produto Interno Bruto (PIB). “Ela absorve grande parte da poupança financeira, sobrando uma parcela menor para ser emprestada às atividades produtivas, como indústria, agropecuária e empresas de serviços. O setor público deixa poucos recursos disponíveis, o que resulta, naturalmente, em juros altos”, avaliou.

O diretor de Fiscalização do BC, Paulo Souza, disse que o BC vai voltar a divulgar um relatório para deixar mais “clara” a discussão sobre concorrência e concentração no setor financeiro. “É um tema que, em maio, será mais detalhado, para que haja maior discussão”, afirmou.

Melhora

O relatório do BC destacou, porém, que o crescimento econômico, além da queda dos juros e da inflação, contribuiu para a melhora de operações de crédito aos consumidores. Em 2017, “a taxa média de juros cobrada nas operações para pessoas físicas caiu 10,1 pontos percentuais, possibilitando maior acesso às famílias”, afirma o documento.

Brasil na OMC contra europeus

Correio Braziliense - 18/04/2018

O Brasil vai recorrer à Organização Mundial do Comércio contra a decisão da União Europeia de suspender a compra de carne de frango de frigoríficos brasileiros. Segundo o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, o bloco anunciará hoje o descredenciamento de nove unidades da BRF da lista de exportadores. A empresa é a maior exportadora brasileira do produto. Os europeus alegam preocupações sanitárias com base na Operação Trapaça, deflagrada em março pela Polícia Federal. O Brasil é o maior exportador de carne de frango do mundo, com 4,3 milhões de toneladas vendidas no ano passado — das quais 7,5% foram para a União Europeia.

Futuro sem planejamento

Correio Braziliense - 18/04/2018

Oito em cada 10 brasileiros não se preparam para a aposentadoria. São 104,7 milhões de pessoas acima de 18 anos que não investem para garantir o futuro, segundo estudo do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC/Brasil) e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). O orçamento apertado é a justificativa da maioria. Segundo 47% dos entrevistados, não sobra dinheiro para aplicar. O desemprego, para 22%, é a causa da falta de poupança.

A estudante Rita Frazão, 22 anos, sabe que algum dia terá de sair do mercado de trabalho, mas a crise econômica do país e tudo que ela ouve sobre o atendimento no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a desencorajam até de contribuir para a Previdência. “O desemprego nos faz buscar outras formas de garantir o futuro. No INSS, somos constrangidos quando buscamos aquilo pelo que contribuímos durante anos”, disse.

Segundo a pesquisa, os brasileiros que conseguem reservar algum dinheiro para o momento de parar de trabalhar guardam, em média, R\$ 371,38. Mesmo assim, o investimento, muitas vezes, não é continuado. Problemas financeiros causaram a interrupção para 19% dos entrevistados, enquanto para outros 15% houve mudança de prioridades — como compra da casa própria (56%), estudos (44%) e automóveis (27%).

A falta de planejamento preocupa o planejador financeiro pessoal Rogério Olegário, já que a quantidade de idosos deve dobrar em 24 anos. “O jovem que não faz plano de previdência está roubando dinheiro do velho que ele será um dia. Em vez de gastar e viver com o que sobra no mês, o ideal é investir e guardar para o futuro”, afirmou.

71% dos donos de micro e pequenas empresas estão otimistas com 2018

DCI - 18/04/2018

Com a recuperação econômica, os donos de micro e pequenas empresas estão otimistas sobre seus negócios. 71% acreditam que a atividade terá um bom desempenho em 2018, enquanto 20% consideram que o cenário será igual ao do ano passado.

Apenas 8% dos executivos entrevistados julgam que a situação deste ano será pior. Os dados fazem parte do levantamento realizado pelo Clube Sou Empreendedor, com 3.200 consultados.

A pesquisa, realizada entre 1 de janeiro e 19 de fevereiro, também mostra que, em relação a 2017, 45% dos empreendedores afirmaram que os resultados foram regulares, enquanto 36% consideraram o ano bom ou ótimo e 18% concluíram ser ruim ou péssimo para os negócios.

Para 2018, 92% deles acham que suas empresas terão um desempenho melhor do que o ano anterior e 8% julgam que o retorno será o mesmo de 2017. Nenhuma das organizações acredita que pode piorar em comparação ao último ano.

Apesar desse sentimento positivo, a crise econômica recente deixou sequelas que os empreendedores terão de lidar antes de pensarem em novos projetos. “Em 2017 o faturamento das empresas foi igual ou menor do que o de 2016, portanto a preferência é recuperar o faturamento e se estruturar. Ninguém vai fazer mais dívidas [investir] e assumir grandes despesas, apenas resgatar o que foi perdido durante a crise”, explica Gabriela Freitas, sócia-fundadora da Proxy Media, ao DCI.

De acordo com a pesquisa, se houver investimento, a área comercial é a que deve receber a maior fatia ao longo do ano, com 35% dos respondentes, enquanto 22% apostarão em marketing e produtos. Contudo, a maioria das organizações (45%), não pretende admitir novos colaboradores em 2018, enquanto 37% afirmam querer novas contratações.

Neste sentido, questionados sobre a recém-implantada Reforma Trabalhista, 44,9% acreditam que a mesma não irá interferir nos negócios da companhia, enquanto 32,7% consideram que as alterações terão baixo impacto sobre a corporação e 22,4% disseram que a medida terá um grande impacto sobre os negócios.

Para Gabriela, ainda é cedo para avaliar as mudanças com a reforma. “As alterações ainda estão sendo implementadas”, diz. Porém, segundo ela, os empresários “veem com bons olhos a nova regulamentação” para futuras contratações.

O ano de 2018 ainda será impactado pela Copa do Mundo e pelas eleições presidenciais. A posição da maioria (39%) é de que esses eventos terão grande repercussão sobre as vendas, a depender dos resultados. No caso da Copa, o comércio e os serviços – onde se encontram as pequenas empresas – ganham destaque na atividade econômica.

Indústria

Dados recentes do Indicador de Atividade da Micro e Pequena Indústria, pesquisa encomendada pelo Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (Simpí) ao Datafolha, mostra que, inclusive esta categoria, ainda não está conseguindo investir no próprio negócio. Apenas 15% das micro e pequenas indústrias (MPIs) puderam aplicar em fevereiro. Para o presidente do Simpí, Joseph Couri, o estudo comprova que o setor ainda não está sentindo uma melhora significativa da economia.

Venda no varejo cresce 3% em março

DCI - 18/04/2018

Após uma queda generalizada no comércio brasileiro em fevereiro, as vendas em março parecem ter recuperado o fôlego. Segundo balanço da Cielo, no terceiro mês do ano as vendas avançaram 3,1% na comparação com o mesmo período do ano passado.

"Mesmo descontando o efeito do calendário, o resultado do mês de março mostrou que o varejo voltou a acelerar após a queda do ritmo verificado em fevereiro", disse o diretor de Inteligência da Cielo, Gabriel Mariotto.

De acordo com o ICVA, índice da empresa de meios de pagamentos Cielo, divulgado ontem, quando ajustado o efeito calendário, o índice deflacionado teve crescimento de 2,2%, uma aceleração ante alta de 1,5% de fevereiro.

"Já em termos nominais, número que reflete o que o varejista de fato observa na receita das suas vendas, o ICVA subiu 4,7% sobre março do ano passado", completa ele.

Na última semana de março, entre os dias 25 e 31, período que antecedeu a Páscoa o crescimento nominal foi de 4,2 % sobre um ano antes.

No primeiro trimestre, o ICVA registrou crescimento de 1,7% por cento em relação ao mesmo período de 2017, descontada a inflação. Em termos nominais, o índice teve alta de 3,2% na mesma análise.

"Nos últimos fechamentos de trimestre vínhamos destacando a recuperação principalmente no índice deflacionado, mas não tão forte no nominal, dado que a inflação estava caindo. Neste último trimestre, o número nominal já apresenta uma melhora mais visível", disse Mariotto.

Dentro do carrinho

O crescimento em março na comparação anual foi puxado pelo bom desempenho dos setores de bens não duráveis e serviços, já que o comércio de bens duráveis e semiduráveis tiveram retração.

Regionalmente, o destaque positivo foi o Sudeste, que teve a maior aceleração segundo o ICVA deflacionado com ajuste de calendário.

Já pelo ICVA deflacionado sem ajustes de calendário, o varejo ampliado na região Norte subiu 7%, seguido pelas regiões Sul (+5,4%) e Nordeste (4,5%). Ainda nessa métrica, as regiões Sudeste e Centro-Oeste tiveram altas de 2,6% e de 2%, respectivamente.

Pelo ICVA nominal, o destaque foi a região Norte, que apresentou alta a de 7,1%. Sul e Nordeste vêm na sequência com altas de 6,5% e 5,6%.

Mais de 70% não se preparam para aposentar

DCI - 18/04/2018

Oito em cada dez brasileiros (78%) não se preparam para a aposentaria. O estudo, feito pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), estima que o número corresponde a 104,7 milhões de adultos.

A pesquisa, denominada “O Preparo para Aposentadoria no Brasil”, aponta, ainda, que apenas 19% dos não-aposentados têm se preparado, percentual que aumenta para 25% entre os homens, 26% entre os mais velhos e 30% nas classes A e B.

Dentre os que não se preparam, 47% afirmam que não sobra dinheiro no orçamento e 22% que estão desempregados. Outros 19% já começaram a guardar dinheiro com esse objetivo, porém não conseguiram continuar devido a problemas financeiros e 15% têm outros planos e prioridades.

“Mesmo com a reforma da Previdência parada no Congresso, é provável que as regras sejam alteradas num futuro próximo. Em qualquer cenário, o ideal é pensar em uma combinação entre a previdência pública, que é vitalícia, e uma preparação por conta própria, que comece cedo e seja constante ao longo dos anos”, explica a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti.

Ao mesmo tempo, porém, 77% afirmam ter uma meta de guardar dinheiro. Entre eles, 69% guardam dinheiro mensalmente, 18% a cada 2 ou 3 meses e 5% aproximadamente 3 vezes ao ano. Em média, o valor reservado é de R\$ 371,38.

A idade média em que os entrevistados começaram a poupar é 28 anos. Em média, a idade na qual pretendem se aposentar é 61 anos.

Previdência privada

A pesquisa também identificou que apenas 12% se preparam através de um plano de previdência privada da empresa onde trabalham. O valor médio de contribuição é de R\$ 191,28 mensais e representa, em média, cerca de 5,48% do salário dos entrevistados.

Selic em queda e crédito caro

O Estado de S. Paulo -18/04/2018

Antonio Corrêa de Lacerda

O desafio de reduzir os juros aos tomadores finais de crédito, consumidores e empresas continua sendo, ou deveria ser, uma prioridade. Ao mesmo tempo que o encarecimento do crédito é um empecilho ao investimento e consumo, por outro lado, a solução para o problema se apresenta como grande oportunidade. Há um enorme mercado potencial no Brasil, reprimido pelo custo elevado do crédito e financiamento.

A Selic, taxa básica de juros, foi reduzida a menos da metade nos dois últimos anos, mas as taxas de juros ao tomador final continuam excessivamente elevadas. A Selic, que era de 14,25% em outubro de 2016, foi sendo sequencialmente reduzida desde então, atingindo 6,5% neste mês. As taxas médias ao tomador final caíram no período em proporção muito menor e ainda muito distantes do juros básicos. As taxas de juros para pessoas jurídicas foram reduzidas de 21,6% para 16,8% ao ano, enquanto para as pessoas físicas, de 43,1% para 31,9% ao ano. Essas são taxas médias apuradas pelo Banco Central (BC). Como toda média, é distorcida por incluir, por exemplo, no caso das pessoas físicas o crédito consignado. A situação do mercado denota um quadro ainda mais difícil para o tomador, do qual são exigidas adicionalmente contrapartidas e garantias que tornam o crédito no Brasil proibitivo.

A Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac) divulga regularmente, há anos, as taxas de juros cobradas ao tomador final, revelando dados mais alarmantes. O crédito às pessoas físicas chega a 88,0% ao ano, e para o capital de giro, pessoas jurídicas, a 28,6%!

Isso sem falar dos custos extraordinários de duas modalidades das mais utilizadas, que são o cartão de crédito rotativo (334,6% ao ano) e o cheque especial (323,0% ao ano). É uma alternativa muito acessível e de fácil manuseio, mas que torna, em geral, a dívida impagável!

Há muito se discutem as causas do elevado custo do crédito no Brasil. O primeiro aspecto é que o mercado financeiro é distorcido no Brasil pelo fato de o governo federal oferecer títulos da sua dívida a taxas de juros muito elevadas, mantendo liquidez. Isso acomoda o mercado financeiro que não se interessa em ter mais trabalho e correr mais risco emprestando para os agentes econômicos.

O segundo aspecto é a oligopolização do mercado em que apenas cinco grandes bancos controlam 86% do crédito disponível na economia, o que lhes dá poder de formação de taxas ao tomador final.

Os bancos alegam que os spreads (taxas de risco) embutidas nas taxas de juros são elevados no Brasil, justificando parte da diferença entre taxa básica e final, porque a inadimplência é elevada, respondendo por 45% do total. As taxas tributárias respondem por 20% e o empréstimo compulsório que os bancos recolhem ao BC, por 10%. Os 25% restantes seriam da margem de comercialização do sistema financeiro.

O enfrentamento do problema, portanto, passa por questões relevantes:

- 1) Reduzir a taxa de juros básicos (Selic), pois embora a taxa nominal esteja em queda, a taxa real, descontada a inflação, segue elevada para padrões internacionais;
- 2) Reduzir a parcela da dívida pública com liquidez diária (overnight), pois isso acomoda o sistema financeiro, que não tem interesse em emprestar para os demais tomadores que não o Estado;
- 3) Reduzir a tributação sobre as operações financeiras, que acaba sendo repassada ao tomador final;

4) Estimular as alternativas de crédito como cooperativas e as fintechs, butiques de investimento e crédito para ampliar a oferta; e 5) Utilizar o poder dos bancos públicos, que respondem por 54% da carteira de crédito, para imprimir maior concorrência no mercado de crédito brasileiro.

Há um enorme mercado potencial no Brasil, reprimido pelo custo elevado do crédito e financiamento.

PIB chega lá em 2019? **O Estado de S. Paulo - 18/04/2018**

Fábio Alves

Um movimento interessante vem acontecendo nos últimos dias: enquanto cortam as projeções de crescimento da economia em 2018, vários analistas estão melhorando a estimativa do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019, com base numa visão de que uma maior aceleração da retomada econômica está apenas sendo adiada deste ano para o ano que vem.

A grande dúvida dessa aposta, todavia, está na premissa de que o vencedor da eleição presidencial deste ano será um candidato de centro que abraçará de imediato a aprovação de reformas essenciais para o controle dos gastos públicos, como a da Previdência.

O problema é que, na fotografia de hoje, candidatos pró-reformas estão na rabeira das pesquisas de intenção de voto. Mais ainda: a candidatura do melhor colocado de partidos do centro, o ex-governador Geraldo Alckmin, até o momento não conseguiu decolar e inspirar confiança sobre sua viabilidade no mercado financeiro.

Da mesma forma que estão sendo forçados neste momento a rever o otimismo sobre o crescimento do PIB em 2018, em razão dos fracos números da indústria, do comércio varejista e do setor de serviços, os analistas poderão ter que enfrentar uma dura realidade logo mais à frente em relação às projeções para 2019.

Isso porque, à medida que as pesquisas de intenção de voto mostrem que candidatos de esquerda ou de extrema direita estão ganhando mais terreno para disputar o segundo turno do pleito, a confiança empresarial e dos consumidores poderá piorar e asfixiar a aceleração do PIB projetada para 2019.

Na segunda-feira, após o Banco Central ter divulgado seu índice de atividade econômica (IBC-Br) de fevereiro, foi deflagrada uma nova rodada de revisão para baixo do PIB brasileiro neste ano. O IBC-Br avançou apenas 0,09% em fevereiro. Em relação a igual mês de 2017, a alta foi de 0,66%. Mas em janeiro, quando comparado com janeiro de 2017, essa alta havia sido de 2,95%. Ou seja, a economia perdeu fôlego no início deste ano.

Na mais recente pesquisa semanal Focus, do BC, a mediana das estimativas do PIB de 2018 caiu pela terceira semana consecutiva, apontando agora um crescimento de 2,76%. Para 2019, essa previsão segue inalterada há 11 semanas em 3,0% de expansão.

Em nota a clientes, os economistas do banco J.P. Morgan revisaram sua projeção para o PIB do primeiro trimestre deste ano de um crescimento de 0,8% para 0,6% ante o quarto trimestre de 2017. Com isso, o banco americano cortou a estimativa de expansão do PIB neste ano de 3,0% para 2,7%, mas elevou a previsão para 2019, de uma expansão de 2,5% para 3,1%. “Vale a pena destacar que o cenário de 2019 traz um nível elevado de incerteza sem precedente dada a sua dependência do desfecho para a eleição, que, até o momento, continua bem aberta”, dizem os economistas do J.P. Morgan.

Também em nota a clientes, os economistas do banco Fibra reduziram a previsão de crescimento do PIB neste ano de 4,1% para 2,8%, com o número para o primeiro trimestre revisado de alta de 0,9% para 0,4% por conta de um “desempenho aquém do esperado de um conjunto de indicadores econômicos”. Para 2019, o Fibra melhorou sua estimativa de 3,5% para 4,3%. Mas eles também citam um fator “exógeno” para o retardamento da melhora na economia neste ano.

“A incerteza eleitoral tem afetado, pelo menos parcialmente, as decisões de investimento, mesmo em um cenário de taxa de juros real historicamente bastante baixa”, escreveram os economistas do Fibra. “A falta de previsibilidade e o fato de os principais pré-candidatos não serem claros em suas agendas, por exemplo, em como vão endereçar o problema estrutural do déficit da previdência e o grave problema fiscal brasileiro (herança do governo anterior) são, em nossa opinião, entraves para recuperação mais acelerada do investimento.”

Se, de um lado, o agressivo corte de juros pelo BC, com mais uma redução da taxa Selic em maio, para 6,25%, e a inflação mais baixa do que o esperado devem contribuir para o consumo e, por tabela, para a retomada da economia, de outro, a incerteza sobre o quadro eleitoral deve limitar uma expansão maior da atividade. E se o desfecho da eleição presidencial for desfavorável às reformas, as projeções atuais para o crescimento do PIB em 2019 estariam demasiadamente otimistas.

A incerteza sobre o quadro eleitoral deve limitar uma expansão maior da atividade

Confie em ninguém

O Estado de S. Paulo - 18/04/2018

Monica de Bolle

O governo que herdar a atual crise de desconfiança terá dificuldade para convencer a população dos méritos de seus ajustes.

“As únicas estatísticas em que você pode confiar são aquelas que você mesmo falsificou.” Winston Churchill

Para abusar de um clichê, há uma espantosa crise de confiança não importa para onde se olhe. No Brasil, ela está firmemente enraizada na política, nos rumos da economia, nas perspectivas para o País após as eleições de outubro. Não à toa serão, provavelmente, os votos brancos e nulos os grandes vitoriosos nas urnas, como mostram sistematicamente as pesquisas de opinião. Mas, mesmo que você seja um cínico inveterado, adepto ferrenho das leis que governam a estupidez humana elaboradas pelo historiador Carlo Cipolla – quem acompanha o que escrevo há algum tempo sabe que Cipolla é meu compasso – cabe analisar as tendências da desconfiança no Brasil, e o que isso pode significar para a política econômica.

O mais recente relatório da OCDE sobre a América Latina traz interessante análise sobre como os contribuintes enxergam a estrutura de impostos na região e mostra que latino-americanos estão entre os mais propensos a evadir impostos e a achar tal postura plenamente justificável. Pesquisa baseada nos dados compilados pelo Latinobarômetro revela que na América Latina, 20% da população acham perfeitamente justificável não pagar tributos, enquanto na Ásia e na África apenas 10% da população descrevem a mesma postura. O relatório discute vários artigos acadêmicos que tentam encontrar razões para a aversão latinoamericana aos impostos, mas os motivos citados são pouco convincentes. Afinal, fragilidades institucionais e governos cambaleantes abundam nessas e em outras partes do planeta. Curiosa, resolvi ir direto à fonte e analisar os dados para o Brasil.

No Brasil, a aversão ao pagamento de impostos evoluiu assim: em 1998, 65% da população achava justificável nada pagar aos cofres públicos, cifra que subiu para 77% em 2003. A partir desse ano, a aversão dos brasileiros à tributação diminuiu, alcançando o nível mais baixo às vésperas da crise financeira, 33% em 2008. A tendência novamente se inverteu em 2010, alcançando 61% em 2011. Em 2016 – não há dados disponíveis para 2017 – cerca da metade da população brasileira achava que não havia justificativa sequer para pagar impostos, e que se fosse possível fazê-lo sem cair na malha fina da Receita Federal ou ser penalizado de outra forma, o melhor era evadir. Por que isso deveria interessar nossos futuros governantes? Há uma pluralidade de motivos. Primeiramente porque, dada a situação fiscal periclitante que Temer deixará como legado, é difícil imaginar qualquer consolidação fiscal sem aumento dos impostos, que o povo se recusa a pagar. Em segundo lugar porque há quem acredite que a legitimidade está em taxar os mais ricos, em reduzir a regressividade da estrutura tributária brasileira com impostos sobre heranças e ideias afins. A regressividade é problema grave que perpetua nossas desigualdades. Contudo, acreditar que a legitimidade do Estado vem à reboque de profunda mudança na estrutura tributária é um tanto ingênuo – o que não retira o mérito de qualquer mudança, que fique claro.

Recusar-se a dar dinheiro para o Estado não é questão ideológica, mas espécie de instinto de sobrevivência

Análise mais profunda dos dados do Latinobarômetro mostra que o repúdio ao pagamento de impostos não está relacionado a qualquer noção de injustiça social. Na verdade, nos anos pré-eleitorais de 2013 e 2017, a justiça social foi apontada como um dos mais graves problemas do País apenas por cerca de somente 2% da população brasileira, o que não deixa de ser surpreendente dadas as nossas imensas disparidades. Em 2017, os problemas mais graves do País foram a corrupção para 31% da população, e a situação política para 23%. Em 2013, apenas 9% da população apontava a corrupção como um grave problema, e míseros 3% assustavam-se com a situação política. Entre uma data e outra passaram-se tão somente quatro anos.

Eis, portanto, o quadro desolador. O governo que herdar a crise de desconfiança deixada pelos anos de petismo e de pemedebismo – um p a menos não muda o legado – terá imensas dificuldades para convencer a população dos méritos de suas propostas de ajustes e reformas pois o povo não acredita no Estado. A descrença é tanta que a possibilidade de não financiá-lo com tostão sequer, ainda que seja para distribuir melhor a renda, é a fantasia e o desejo de muitos. Recusar-se a dar dinheiro para o Estado não é questão ideológica, mas espécie de instinto de sobrevivência. Respondam a isso, candidatos.

Propondo um erro, de novo

Valor Econômico 18/04/2018

Pedro Ferreira e Renato Fragelli

Em artigo recente no Valor - "A Ameaça ao Setor de Bens de Capital" - Luciano Coutinho faz uma apaixonada defesa da manutenção da proteção tarifária ao setor de bens de capital. Segundo ele, grupos de dentro do governo, "apoiados por organismos internacionais", estariam propondo redução unilateral das tarifas do setor, para 4%. Segundo o autor, o setor tem alto efeito multiplicador sobre a economia - que os "economistas liberais desconheciam" -, além da proximidade e interação entre produtores locais e usuários formar clusters de inovação essenciais para desenvolvimento de novos produtos e processos aceleradores dos ganhos de produtividade.

O fim da proteção nos níveis atuais atingiria o setor, que já possui desvantagens sistêmicas (valorização cambial, altas taxas de juros, má infraestrutura, etc), em um momento de recuperação.

O artigo possui graves erros factuais, o que prejudica, senão invalida, seus argumentos. Três deles chamam mais a atenção. O primeiro é a suposta falta de "fundamentação séria" da tese de que a remoção da proteção aumentaria a produtividade do setor. Note-se, entretanto, que o período de mais rápido crescimento da produtividade industrial brasileira provavelmente tenha sido aquele que se seguiu à liberalização comercial do início dos anos 1990. Naquela ocasião, tarifas nominais e barreiras não tarifárias foram agressivamente reduzidas. Logo em seguida, a taxa de crescimento da produtividade do trabalho da indústria saltou de menos 0,28% ao ano, no período 1985-90 pré liberalização, para 8% ao ano, entre 1991 e 1997. Em

alguns setores como Máquinas e Equipamentos a produtividade do trabalho quase triplicou entre 1991 e 2001.

Existe sólida evidência estatística, e um enorme número de publicações, corroborando de forma rigorosa a relação acima - Ferreira e Rossi (PPE (1999) e IER (2003), Schor (JDE, 2004) e Muendler (2002). Em todos esses artigos, com diferentes metodologias e bases de dados, estima-se uma relação significativa e de magnitude relevante entre a redução da proteção comercial e o crescimento da produtividade industrial no Brasil. Não parece haver polêmica ou dúvida, mas sim um fato estabelecido.

No cenário global, artigo recente de Estevadeordal e Taylor (RESTAT 2013) mostra que países que liberalizaram suas economias nos anos 1990 cresceram significativamente mais rápido do que aqueles que não liberalizaram. E o efeito é mais forte no que se refere à redução de tarifas de bens intermediários e bens de capital, exatamente a preocupação de Coutinho. A lista é longa e, como dito acima, a relação estabelecida.

O segundo erro factual é a afirmação de que a proteção efetiva ao setor seria negativa, dado que as tarifas nominais do setor seriam baixas e as de seus insumos altas. Nada mais distante da realidade. Estudo sob coordenação de Marta Castilho (publicado em 2015 pelo IEDI e Fiesp) estima que as proteções efetivas aos setores de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos, de Máquinas e Equipamentos e de Material Eletrônico e Equipamentos de Comunicação, em 2014, eram respectivamente, de 28%, 18% e 33%. As tarifas nominais são também altas, em torno de 12%. Assim, ao contrário do afirmado, e em oposição ao que se observa na grande maioria dos países, a proteção a esses setores no Brasil é bastante elevada.

Finalmente, os "mais de 2 mil ex-tarifários" são citados como evidência de facilidade às importações e baixas barreiras. O argumento não se aplica, uma vez que essas exceções só são aprovadas para importações de máquinas e equipamentos sem similares, e os processos ainda passam pela análise da Abimaq. Isto é, não há qualquer impacto concorrencial sobre a produção doméstica.

Em suma: o setor de bens de capitais no Brasil é muito protegido e, dada a evidência estatística, isso certamente prejudica a evolução da produtividade da economia brasileira. Como esses bens são insumos de muitos setores, o impacto da proteção é muito maior que o impacto direto, pois há um efeito de difusão por todas as cadeias produtivas da economia. O efeito multiplicador - que "alguns" economistas liberais conhecem bem - vai exatamente contra o argumento de Coutinho: a proteção ao setor de bens de capital prejudica todos os setores que utilizam como insumos seus bens, depois para aqueles que compram insumos desses últimos, e assim por diante. Distorções aqui são muito mais prejudiciais à economia do que tarifas sobre bens de consumo.

Outro argumento que parece contraditório vem do fato que os clusters de inovação, decorrentes da proximidade entre produtores e compradores, na verdade constituem um poder de monopólio dos primeiros, dando-lhes uma

enorme vantagem competitiva em relação à produção internacional - com menor acesso aos consumidores - e diminuindo a necessidade de proteção. Argumentos sobre valorização cambial e alta taxa de juros não se sustentam também, já que nos últimos anos o país experimentou todo tipo de regime cambial e manipulações da taxa de juros, sem efeitos relevantes. Ademais, o setor foi muito beneficiado por subsídios e linhas de crédito com juros abaixo do mercado. Isso, potencialmente, deveria ter aumentado a eficiência do setor e sua capacidade de competir.

O Brasil já passou por vários experimentos protecionistas que fracassaram retumbantemente. O professor Luciano Coutinho participou ativamente de dois deles. O primeiro foi a Lei da Informática, que fechou completamente o setor a produtos e firmas estrangeiras. Não poderia dar certo e não deu, atrasando o avanço tecnológico do país.

O segundo foi a Nova Matriz Econômica, que impôs inúmeras barreiras tarifárias e não tarifárias - requerimentos de conteúdos locais, por exemplo - a insumos e máquinas produzidos fora do Brasil. Além de uma crise e recessão sem precedentes, o experimento não legou estaleiros ou empresas com grande capacidade de competição internacional. Causa surpresa que se defenda, uma vez mais, estratégias semelhantes, apesar de toda evidência contrária.

Recuperação econômica é real e frágil

Valor Econômico - 18/04/2018

Martin Wolf

A economia mundial vive um período de forte crescimento econômico. Não cresce tanto quanto o fez entre 2003 e 2007, mas, dada a forma como a onda de expansão chegou ao fim, deveríamos nos sentir gratos por essa indulgência. Tanto a expansão de 2017 quanto as previstas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para 2018 e 2019 são maiores do que as registradas em qualquer ano desde a crise, com exceção de 2010 e 2011, os anos de recuperação pós-crise. São, portanto, tempos de recuperação, ainda que frágil.

Em seu Panorama Econômico Mundial mais recente, o FMI elevou as projeções de crescimento da economia mundial para este ano e o próximo em 0,2 ponto percentual acima das previsões anteriores, feitas em outubro de 2017. A maior revisão para cima se deu nas economias avançadas, com aumentos de 0,5 e 0,4 ponto percentual para 2018 e 2019, respectivamente. O que mais chamou a atenção, em vista de todo o barulho gerado pelo protecionismo dos EUA, talvez tenham sido as atualizações, também para cima, das estimativas de volume do comércio exterior mundial. Agora, o FMI vislumbra aumentos de 1,1 ponto percentual a mais em 2018 e de 0,8 ponto a mais em 2019 do que imaginava na projeção anterior.

Os dois principais motivos para a força da economia mundial e o avanço do otimismo quanto às perspectivas de curto prazo são as políticas econômicas, que continuam altamente expansionistas, e o fato de o mundo ter evitado

choques econômicos muito negativos desde a queda livre dos preços das commodities em 2014 e 2015. Os mercados agora projetam que os juros nos EUA vão subir mais rapidamente do que deixavam entrever em outubro. Ainda assim, a política monetária, em termos históricos, não vai ser contracionista: prevê-se que no início de 2021 a meta da taxa referencial de juros estará abaixo de 3% ao ano.

Esse otimismo se deve, em grande medida, à calmaria da inflação, mais notavelmente da inflação dos salários. Outras economias de alta renda estão ainda mais atrás dos EUA em seu aperto monetário.

A essas políticas monetárias ainda altamente expansionistas devemos adicionar o impulso fiscal pró-cíclico decorrente dos cortes de impostos nos EUA sem contrapartidas no orçamento para custeá-las. O Gabinete de Orçamento do Congresso dos EUA prevê um déficit federal médio de pouco menos de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2019 e 2027. Essa mistura de incentivos duplos em uma economia com pleno emprego me faz lembrar do fim dos anos 60 e início dos 70, um período que acabou de forma terrível. O ponto de vista do FMI não é tão catastrófico. Meramente argumenta que a política fiscal vai impulsionar a expansão do presente, pegando emprestado pontos percentuais de crescimento do futuro.

Quais são os riscos de uma concepção tão benévola quanto ao futuro? No curto prazo, argumenta o FMI, há equilíbrio entre os riscos e as perspectivas favoráveis. No lado positivo, a forte confiança pode levar a um impulso maior do que o previsto tanto nos investimentos quanto no consumo. Investimentos mais fortes também poderiam levar a um maior crescimento na produtividade e, portanto, a uma inflação abaixo da projetada.

No lado negativo, o quadro imprevisível das políticas econômicas, associado a turbulências no mercado, poderia desencadear um grande declínio na confiança e levar, portanto, a uma demanda mais fraca. Uma região vulnerável poderia ser a região do euro, onde o crescimento, como destaca Gavyn Davies, agora vem se desacelerando de forma inesperada.

No longo prazo, contudo, a balança parece pender para o lado dos riscos. É verdade, podemos estar no início de um período de crescimento alto e sustentável, alimentado por uma recuperação tardia do crescimento da produtividade e pela convergência entre as economias avançadas e emergentes. Ainda assim, os riscos têm um peso maior.

A relação entre dívida e PIB mundial está tão alta atualmente quanto estava há dez anos, embora sua composição tenha mudado: agora se inclina mais para o lado do governo e das instituições não financeiras e menos para o das famílias e do setor financeiro. Os preços de alguns ativos importantes também estão elevados. O FMI salienta isso: "O risco de crédito pode ficar contido enquanto o ímpeto do crescimento mundial for forte e as taxas de captação forem baixas".

Se a alta da inflação surpreender, no entanto, o aperto na política monetária pode ser maior do que o esperado e o prêmio dos títulos de longo prazo pode

disparar, com o que ressurgiriam os problemas de endividamento, talvez desastrosamente. Se isso ocorresse, os bancos centrais teriam um espaço de manobra bem limitado para tentar reagir. Além disso, ressalta o FMI, o alto crescimento dos "criptoativos" e brechas de cibersegurança ainda poderiam se mostrar destrutivos.

Também estão profundas as tensões políticas mundiais. Pelo que se vê nas projeções, a risível base intelectual da política de comércio exterior dos EUA fará com que o déficit em conta corrente do país, longe de encolher, aumente como resultado do impulso fiscal. Isso não vai impedir o presidente dos EUA, Donald Trump, de atribuir a culpa aos pérfidos estrangeiros. Como ressalta Maurice Obstfeld, conselheiro econômico do FMI, em uma sentença notável: "O sistema de comércio exterior multilateral que evoluiu depois da Segunda Guerra Mundial e que alimentou um crescimento sem precedentes da economia mundial precisa ser reforçado. Em vez disso, corre o risco de ser despedaçado". A criação do FMI foi resultado de tempos mais sábios e a instituição está correta ao nos lembrar disso.

Em tempos em que uma superpotência ascendente desafia a atual - e em que a atual se volta contra o próprio sistema mundial que criou - seria um absurdo ser complacente. Se alguém quiser entender a política por trás dessa confusão, uma olhada no capítulo sobre a participação da força de trabalho nos países avançados vai ser de grande ajuda. A participação dos homens na força de trabalho caiu em praticamente todos os países de alta renda entre 2008 e 2016, enquanto das mulheres subiu em quase todos. Não é uma forma socialmente benigna de se alcançar maior igualdade entre sexos. Além disso, os EUA não conseguiu nem aumentar a participação feminina na força de trabalho. Seu mercado de trabalho tem sido um desastre. Esse é apenas um aspecto de uma lição ainda maior: uma casa tão dividida economicamente não tem como ficar de pé.

Há dez anos, tivemos uma crise "no" sistema mundial. As autoridades econômicas impediram que se tornasse uma crise "do" sistema, uma crise sistêmica. Agora, em tempos de recuperação cíclica, estamos nos deparando exatamente com uma crise "do" sistema. Ela chega em uma hora de fragilidade política e econômica. A recuperação é real. Infelizmente, a fragilidade também.

Recuperação econômica é real e frágil

Valor Econômico - Martin Wolf - 18/04/2018

A economia mundial vive um período de forte crescimento econômico. Não cresce tanto quanto o fez entre 2003 e 2007, mas, dada a forma como a onda de expansão chegou ao fim, deveríamos nos sentir gratos por essa indulgência. Tanto a expansão de 2017 quanto as previstas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para 2018 e 2019 são maiores do que as registradas em qualquer ano desde a crise, com exceção de 2010 e 2011, os

anos de recuperação pós-crise. São, portanto, tempos de recuperação, ainda que frágil.

Em seu Panorama Econômico Mundial mais recente, o FMI elevou as projeções de crescimento da economia mundial para este ano e o próximo em 0,2 ponto percentual acima das previsões anteriores, feitas em outubro de 2017. A maior revisão para cima se deu nas economias avançadas, com aumentos de 0,5 e 0,4 ponto percentual para 2018 e 2019, respectivamente. O que mais chamou a atenção, em vista de todo o barulho gerado pelo protecionismo dos EUA, talvez tenham sido as atualizações, também para cima, das estimativas de volume do comércio exterior mundial. Agora, o FMI vislumbra aumentos de 1,1 ponto percentual a mais em 2018 e de 0,8 ponto a mais em 2019 do que imaginava na projeção anterior.

Os dois principais motivos para a força da economia mundial e o avanço do otimismo quanto às perspectivas de curto prazo são as políticas econômicas, que continuam altamente expansionistas, e o fato de o mundo ter evitado choques econômicos muito negativos desde a queda livre dos preços das commodities em 2014 e 2015. Os mercados agora projetam que os juros nos EUA vão subir mais rapidamente do que deixavam entrever em outubro. Ainda assim, a política monetária, em termos históricos, não vai ser contracionista: prevê-se que no início de 2021 a meta da taxa referencial de juros estará abaixo de 3% ao ano.

Esse otimismo se deve, em grande medida, à calmaria da inflação, mais notavelmente da inflação dos salários. Outras economias de alta renda estão ainda mais atrás dos EUA em seu aperto monetário.

A essas políticas monetárias ainda altamente expansionistas devemos adicionar o impulso fiscal pró-cíclico decorrente dos cortes de impostos nos EUA sem contrapartidas no orçamento para custeá-las. O Gabinete de Orçamento do Congresso dos EUA prevê um déficit federal médio de pouco menos de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2019 e 2027. Essa mistura de incentivos duplos em uma economia com pleno emprego me faz lembrar do fim dos anos 60 e início dos 70, um período que acabou de forma terrível. O ponto de vista do FMI não é tão catastrófico. Meramente argumenta que a política fiscal vai impulsionar a expansão do presente, pegando emprestado pontos percentuais de crescimento do futuro.

Quais são os riscos de uma concepção tão benévola quanto ao futuro? No curto prazo, argumenta o FMI, há equilíbrio entre os riscos e as perspectivas favoráveis. No lado positivo, a forte confiança pode levar a um impulso maior do que o previsto tanto nos investimentos quanto no consumo. Investimentos mais fortes também poderiam levar a um maior crescimento na produtividade e, portanto, a uma inflação abaixo da projetada.

No lado negativo, o quadro imprevisível das políticas econômicas, associado a turbulências no mercado, poderia desencadear um grande declínio na confiança e levar, portanto, a um demanda mais fraca. Uma região vulnerável

poderia ser a região do euro, onde o crescimento, como destaca Gavyn Davies, agora vem se desacelerando de forma inesperada.

No longo prazo, contudo, a balança parece pender para o lado dos riscos. É verdade, podemos estar no início de um período de crescimento alto e sustentável, alimentado por uma recuperação tardia do crescimento da produtividade e pela convergência entre as economias avançadas e emergentes. Ainda assim, os riscos têm um peso maior.

A relação entre dívida e PIB mundial está tão alta atualmente quanto estava há dez anos, embora sua composição tenha mudado: agora se inclina mais para o lado do governo e das instituições não financeiras e menos para o das famílias e do setor financeiro. Os preços de alguns ativos importantes também estão elevados. O FMI salienta isso: "O risco de crédito pode ficar contido enquanto o ímpeto do crescimento mundial for forte e as taxas de captação forem baixas".

Se a alta da inflação surpreender, no entanto, o aperto na política monetária pode ser maior do que o esperado e o prêmio dos títulos de longo prazo pode disparar, com o que ressurgiriam os problemas de endividamento, talvez desastrosamente. Se isso ocorresse, os bancos centrais teriam um espaço de manobra bem limitado para tentar reagir. Além disso, ressalta o FMI, o alto crescimento dos "criptoativos" e brechas de cibersegurança ainda poderiam se mostrar destrutivos.

Também estão profundas as tensões políticas mundiais. Pelo que se vê nas projeções, a risível base intelectual da política de comércio exterior dos EUA fará com que o déficit em conta corrente do país, longe de encolher, aumente como resultado do impulso fiscal. Isso não vai impedir o presidente dos EUA, Donald Trump, de atribuir a culpa aos pérfidos estrangeiros. Como ressalta Maurice Obstfeld, conselheiro econômico do FMI, em uma sentença notável: "O sistema de comércio exterior multilateral que evoluiu depois da Segunda Guerra Mundial e que alimentou um crescimento sem precedentes da economia mundial precisa ser reforçado. Em vez disso, corre o risco de ser despedaçado". A criação do FMI foi resultado de tempos mais sábios e a instituição está correta ao nos lembrar disso.

Em tempos em que uma superpotência ascendente desafia a atual - e em que a atual se volta contra o próprio sistema mundial que criou - seria um absurdo ser complacente. Se alguém quiser entender a política por trás dessa confusão, uma olhada no capítulo sobre a participação da força de trabalho nos países avançados vai ser de grande ajuda. A participação dos homens na força de trabalho caiu em praticamente todos os países de alta renda entre 2008 e 2016, enquanto das mulheres subiu em quase todos. Não é uma forma socialmente benigna de se alcançar maior igualdade entre sexos. Além disso, os EUA não conseguiu nem aumentar a participação feminina na força de trabalho. Seu mercado de trabalho tem sido um desastre. Esse é apenas um aspecto de uma lição ainda maior: uma casa tão dividida economicamente não tem como ficar de pé.

Há dez anos, tivemos uma crise "no" sistema mundial. As autoridades econômicas impediram que se tornasse uma crise "do" sistema, uma crise sistêmica. Agora, em tempos de recuperação cíclica, estamos nos deparando exatamente com uma crise "do" sistema. Ela chega em uma hora de fragilidade política e econômica. A recuperação é real. Infelizmente, a fragilidade também.

O mundo pode piorar **O Globo - 18/04/2018**

Míriam Leitão

O mundo pode estar às vésperas de uma crise. É o que acha o economista José Roberto Mendonça de Barros. A economia dos Estados Unidos está recebendo estímulo demais, em momento de pleno emprego e elevando muito o déficit público. Isso pode produzir, a curto prazo, uma alta da inflação, subida de juros e volatilidade. O próximo governo brasileiro pode encontrar a economia externa em pior situação.

O Fundo Monetário Internacional divulgou ontem seu relatório da economia mundial dizendo que ela está mais forte. Segundo o FMI, os países avançados estão crescendo acima do seu potencial, o que abre muitas possibilidades para as economias emergentes. Mas alerta que os governantes devem aproveitar o momento e criar as condições de sustentar o crescimento em cenários mais adversos.

O Brasil nem está, de fato, aproveitando o momento. Saiu da recessão, mas cresce num nível muito baixo. "Não é a recuperação dos sonhos, mas é recuperação", consola José Roberto. O problema é que em relação ao Brasil há a incerteza sobre o que será a política econômica do próximo governo. Enquanto decidimos o rumo do país, o mundo pode piorar.

— A economia americana está com pleno emprego, e nos últimos quatro meses recebeu o impacto de uma alta de demanda de US\$ 1 trilhão através da redução de impostos. Além disso, foi enviado ao Congresso um orçamento altamente expansionista. O governo Trump está, ao mesmo tempo, subindo as tarifas para bens que estão na base da produção, como aço e alumínio. Bobinas a quente de aço tiveram alta de preço de 37%. O governo Trump está provocando um choque de demanda, com aumento de gastos e redução de impostos, e um choque de oferta com decisões que elevarão preços básicos — explicou José Roberto Mendonça de Barros, da MB Associados.

O governo Trump reduziu as alíquotas de impostos, como havia prometido na campanha, na expectativa de que as empresas americanas tivessem mais competitividade. Ele herdou um país com um desemprego muito baixo, após o esforço do governo Barack Obama para tirar os EUA da crise, que estourou em 2008. Com baixo desemprego e muitos estímulos, o resultado costuma ser inflação, o que levaria a juros mais altos. Isso sem falar no orçamento com mais gastos.

— O governo Obama deixou o governo em dezembro de 2016 com um déficit em 12 meses de US\$ 582 bilhões. O último dado do escritório de orçamento do Congresso americano é de que agora está em US\$ 738 bilhões, e deve chegar em US\$ 800 bi em setembro e US\$ 1 trilhão em 2020.

Isso tudo está, segundo José Roberto, “aumentando o vapor na chaleira” e, por isso, ele acredita que “o ambiente econômico vai mudar para pior em algum momento no final do ano”, exatamente quando o Brasil estará se preparando para dar posse ao novo governo.

A disputa entre Estados Unidos e China é outro fator de complicação. Ele acha que ainda não há uma guerra comercial, mas os países já mostraram as armas. Mais do que a briga por produtos específicos, o que está posto é uma disputa pelo domínio da alta tecnologia. Tudo isso levará a muita volatilidade.

— Se olharmos 2011 como a base 100, o índice Standard&Poors subiu 190%. Mas se pegarmos apenas a cesta das ações de empresas de alta tecnologia, vamos ver uma alta de mais de 400%. Como elas estão diante de grande risco de regulação, esse setor pode sofrer o impacto de uma mudança de ambiente econômico — diz José Roberto.

O relatório do Fundo Monetário também mostra a força do momento e o risco mais adiante. “Para muitos países, as taxas atuais de crescimento favoráveis não vão durar”, avisa o FMI. O texto alerta para uma escalada de restrições e retaliações comerciais. “O crescimento global está em ascensão, mas as condições favoráveis não vão durar para sempre e agora é o momento de estar preparado para tempos mais magros”, diz o relatório. Ou seja, há uma notícia boa e outra ruim nesse texto, como os economistas costumam fazer. O Brasil está mergulhado nas suas confusões políticas, interrompeu o pouco de reformas que fez, e os cenários para frente são totalmente opacos. Se o mundo entrar num ciclo ruim, como resultado das trapalhadas econômicas de Trump, a situação fica bem mais difícil para o Brasil no próximo governo.

Para vencer a maldição do petróleo **O Globo - 18/04/2018**

Pedro Gonçalves Diniz Filho

Mais uma semana começa com boas notícias sobre as receitas de petróleo que cabem ao Estado do Rio. Em 2018, são quase R\$ 9 bilhões para enfrentar a crise atual. Melhor ainda é a estimativa para a década de 2030! Se tudo correr bem, a previsão é de uma receita anual de R\$ 20 bilhões!

Em tempos de crise, melhor agir com cautela e lembrar que, no mundo real, a atividade de extração deste recurso acabou levando ao surgimento da famosa expressão: a maldição do petróleo. O diplomata venezuelano Juan Pablo Alfonso, um dos fundadores da Opep (países produtores), chegou a dizer que petróleo não é indício da mão de Deus, mas sim do intestino do demo.

Para confirmar a má sorte que vem junto com o petróleo, podemos citar os exemplos de países do Oriente Médio (com enormes desigualdades de renda) e da África, o México e o mais recente caso de fracasso, nossa vizinha Venezuela. E há até países desenvolvidos neste “clube”.

Nos anos 60, a subida dos preços do gás causou um desequilíbrio na economia holandesa, com a migração de recursos para empreendimentos relacionados com a extração do gás. A valorização da moeda derrubou as exportações dos demais produtos durante toda a década seguinte.

A grande quantidade de maus exemplos não significa que inexistam formas melhores de enfrentamento da questão. O melhor exemplo é o da Noruega. Este país ocupa os primeiros lugares das listas de exportadores de petróleo e possui elevados índices de desenvolvimento humano. O fundo soberano criado com as receitas de exploração, em fins de 2017, superou a barreira de US\$ 1 trilhão em ativos. O resultado decorre da entrada de recursos e da inversão em projetos estruturantes e com alta rentabilidade. Lá, cada cidadão, ao nascer, já tem em seu nome a quantia de um milhão de dólares...

No Brasil, podemos tomar como exemplo o Espírito Santo. As receitas acumuladas nesse estado nos últimos anos foram de R\$ 14 bilhões, mas a economia e as finanças públicas não ficaram tão desarrumadas como as do Rio de Janeiro.

Em valores acumulados, no período compreendido entre 1999 e 2017, segundo a ANP, atualizados pelo IGP, mais de R\$ 140 bilhões de participações em petróleo e gás foram distribuídas para o Estado do Rio. Estranho e complicado falar em números tão grandes, não? Para simplificar a conversa, daria para cobrir os gastos de mais três olimpíadas, ou então pagar todas as despesas do governo do estado em 2018, e ainda sobriam R\$ 50 bilhões.

O pós-sal está perdendo a primazia, mas não serviu para desenvolver o interior do estado, não permitiu chegar ao equilíbrio no Rio Previdência e nem diminuiu a dívida pública. Nas proféticas palavras de Alfonso, tivemos “desperdício, gastos exagerados, serviços públicos desmoronando e dívidas, dívidas por muitos anos”. E agora, com o pré-sal? Que faremos? Errar é humano. Não assumir o erro e persistir nele é uma escolha, mas sabemos que as consequências não serão diferentes.

Até agora, nada indica que a rota está sendo alterada. O aumento de receita com os royalties e participações está sendo saudado como saída para pagar dívidas passadas e cobrir gastos correntes.

Este ano é de eleições. Sem drásticas mudanças na administração e gestão da máquina estadual, enveredaremos pelo caminho de mais três décadas perdidas.

A pauta de soluções precisa partir de algumas premissas. Sem repensar o tamanho do governo, sem modernizar a arrecadação de tributos de forma a permitir a redução das alíquotas dos impostos estaduais e sem enfrentar as

disparidades sociais e regionais, continuaremos próximos dos países vitimados pela maldição e cada vez mais distantes da Noruega.

Entre a maldição e a bênção, temos que optar pela segunda.

A agenda de Alckmin **O Globo - - 18/04/2018**

Poder em jogo/Lydia Medeiros

Geraldo Alckmin, candidato tucano ao Planalto afirma que, se eleito, apresentará ao Congresso logo depois da posse propostas para reformar os sistemas previdenciário, tributário e político, além de projetos para reduzir o peso do Estado na economia. Num evento do site Poder 360, em Brasília, o candidato disse que é preciso usar toda a força política de um governo nos primeiros seis meses do mandato para aprovar mudanças e destravar a economia. O Alckmin de 2018, que patina entre 6% e 8% das intenções de voto (Datafolha), parece ter superado limitações do candidato de 2006. Ele reconhece, por exemplo, que foi um erro ter titubeado na defesa das privatizações. “Estou mais maduro”, disse, propondo alternativas como concessões e parcerias privadas, além da venda de empresas estatais: “O Estado não cabe no PIB”. O candidato do PSDB lembrou: “Primeiro preciso ganhar a eleição.” Essa é a tarefa mais complicada.

Lista

Geraldo Alckmin disse estar convencido de que é preciso privatizar o que for possível e até fechar estatais. Citou dois exemplos, a TV Brasil e a Empresa de Planejamento e Logística (EPL): “A TV do Lula dá traço de audiência. Para quê? A empresa (EPL) foi criada para fazer o trem-bala. Não tem trem, e a estatal está lá”, criticou.

EUA concordam em discutir com a China **sobre tarifas ao aço** **O Estado de S. Paulo - 18/04/2018**

Os Estados Unidos disseram à Organização Mundial do Comércio (OMC) que concordaram em discutir com a China os esforços de Donald Trump para impor tarifas sobre aço, alumínio e uma série de produtos chineses. Ontem, a OMC afirmou que o movimento é esperado, mas não obrigatório, que dá tempo a Washington para diminuir as diferenças com Pequim.

A China solicitou as discussões relativas às tarifas americanas sobre aço e alumínio, que Trump impôs alegando motivos de segurança nacional, e à possibilidade de tarifas sobre 1,3 mil produtos chineses alegando roubo de propriedade intelectual. Segundo um funcionário da OMC, os EUA concordaram com as discussões, conhecidas como consultas, mas não cederam sobre a crença de que as tarifas são justificadas.

Os EUA argumentaram que as tarifas para eletrônicos e maquinário ainda não foram cobradas, então o pedido chinês não foi justificado sob as regras de resolução de disputas da OMC.

A Índia também solicitou consultas com os EUA sobre as tarifas de aço e alumínio. México e Canadá, parceiros dos EUA no Tratado Norte-americano de Livre-comércio (Nafta), estão entre os países que ganharam isenções temporárias para as tarifas gerais de aço e alumínio dos EUA. Brasil, Argentina, UE e Austrália também receberam isenção.

Inflação deve ser de 14.000% na Venezuela

O Estado de S. Paulo - 18/04/2018

O FMI prevê inflação de quase 14.000% na Venezuela em 2018 e queda do PIB de cerca de 15%. O salário mínimo não chega a 1,3 milhão de bolívares. O valor corresponde a cerca de US\$ 2,50 no câmbio paralelo.

O FMI prevê uma inflação de quase 14.000% na Venezuela para este ano e uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 15%, no que seria o seu quinto ano de recessão. Segundo projeção, a economia venezuelana encolherá 15% este ano e 6% em 2019, de acordo com o relatório Perspectivas Econômicas Mundiais, publicado ontem – bem acima da queda projetada para a economia do país em outubro.

O relatório destaca também a significativa diminuição da produção petrolífera da Venezuela, que produziu 2,38 milhões de barris diários de petróleo bruto, em 2016, e 2,10 milhões, no terceiro trimestre de 2017. “A última produção estava em 1,62 milhão de barris diários e muitos esperam que diminua cerca de 1 milhão no fim de 2018”, indica o relatório.

O FMI ainda prevê um déficit em conta corrente de 2,4% do PIB para este ano e de 3,6% para 2019. As projeções de desemprego do FMI para a Venezuela apontam uma taxa de 33,3%, em 2018, e de 37,4%, em 2019, mais alto do que o índice de 27,1% registrado em 2017.

De acordo com o jornal El País, o valor da cesta básica dos venezuelanos vem aumentando há anos. Além disso, a tendência hiperinflacionária, somada a uma grave crise política, não deve se reduzir no curto prazo.

O documento do FMI afirma que a “Venezuela vem sofrendo com o agravamento da crise econômica e humanitária desde 2014”. “A economia do país está há anos em queda livre e as decisões políticas do regime de Nicolás Maduro dificultam ainda mais o cenário”, diz o relatório.

Em novembro, as agências de classificação Standard & Poor’s (S&P) e Fitch declararam a Venezuela em default parcial pelos graves problemas de liquidez depois que o país deixou de honrar uma dívida de US\$ 200 milhões em bônus globais.

A população da Venezuela lida diariamente com a alta dos preços e a escassez de produtos básicos. O salário mínimo de um venezuelano não chega a 1,3 milhão de bolívares. O valor corresponde a cerca de US\$ 2,50 no câmbio paralelo. Há poucas semanas, era possível comprar dois quilos de carne com essa quantidade, mas os preços seguem aumentando.

Brasil vai à OMC contra UE, garante ministro

Valor Econômico - 18/04/2018

O Brasil vai mesmo solicitar a abertura de um painel na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a União Europeia caso o bloco confirme as expectativas e decida, em reunião que começa hoje, embargar a carne de frango da BRF. Foi o que afirmou ontem o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, em entrevista coletiva em Brasília.

"Eles estão se aproveitando das nossas fraquezas desde a Carne Fraca para nos tirar do mercado", disse. "Então não vai restar outro caminho a não ser propor um painel na OMC, o que já estamos discutindo com o presidente Michel Temer e o Itamaraty". Deflagrada pela Polícia Federal em março de 2017, a Operação Carne Fraca teve como foco casos de corrupção envolvendo funcionários de frigoríficos e fiscais agropecuários.

Inicialmente, Maggi informou que o embargo da UE, se confirmado, afetaria nove plantas da BRF atualmente habilitadas a exportar para aquele mercado. Mas, questionado pelo Valor, o Ministério da Agricultura depois esclareceu que a provável barreira deverá envolver 11 unidades. No auge da Operação Trapaça, terceira fase da Carne Fraca realizada em março passado, a Pasta comunicou a todos os países importadores que estava reforçando o controle sobre a presença de salmonela em carne de frango em 15 estabelecimentos da companhia. A Trapaça revelou um suposto esquema de fraudes envolvendo a BRF e laboratórios na análise da bactéria.

"Onze estabelecimentos da BRF - dez de abate e um entreposto - eram habilitados a exportar para a União Europeia antes da Operação Trapaça. São essas unidades [que já não estão exportando por decisão do Ministério da Agricultura] que estão sujeitas a serem 'deslistadas'", explicou José Luís Vargas, diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Dipoa) do ministério.

Ainda que, de acordo com analistas da área internacional, outros importantes exportadores de carne de frango, como EUA e Tailândia, queiram se juntar ao Brasil como partes interessadas nesse eventual processo contra a UE na OMC, há incertezas quanto à real chance de o país sair vitorioso da disputa, que pode durar anos. Isso porque, mesmo que a justificativa para a abertura do painel seja o maior rigor adotado pelo bloco depois da Carne Fraca para permitir a entrada de cargas de carne de frango em geral, evidentemente, o caso da BRF estará sobre a mesa - e, nesse caso, as conclusões da PF poderão jogar contra os interesses do país.

"Qualquer contencioso obrigará a UE a levar ao painel de arbitragem as operações Carne Fraca e Trapaça, e isso não me parece ser de interesse do Brasil. Fraude se combate com aumento de responsabilidade dos dirigentes privados e punição rigorosa", disse Pedro de Camargo Neto, vice-presidente da sociedade Rural Brasileira (SRB) e um dos maiores críticos do ministério nessa frente.

Maggi, contudo, insistiu que já existe uma "guerra comercial" instalada entre Brasil e UE, travestida de "barreiras sanitárias não fundamentadas". E argumentou que eventuais fraudes ou desvios éticos cometidos pela empresa não podem guiar a discussão. "Várias empresas europeias cometeram delitos no passado e nem por isso as proibimos de participar do nosso mercado", afirmou o ministro.

Maggi reforçou que a linha de ação do governo brasileiro, caso a UE de fato embargue as plantas da BRF e algumas poucas unidades de outras empresas, será combater as "exigências sanitárias abusivas" do bloco. Segundo o ministro, o Brasil planeja questionar por que a UE exige testes para 2,6 mil tipos de salmonela nas cargas de carne de frango salgada (fresca com 2% de sal) e testes para apenas dois tipos da bactéria na carne in natura (fresca com adição inferior de sal).

Ele comentou, ainda, que no auge das exportações de carne de frango para a UE, em 2007, as empresas brasileiras embarcaram 417 mil toneladas. E dez anos depois, esse volume foi de 201 mil toneladas, muito em função dessas exigências sanitárias "desproporcionais". Daí porque a iniciativa privada comprou logo a briga. Após a coletiva do ministro, a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) informou que contratou a advogada Ana Teresa Caetano, do escritório Veirano Advogados, para realizar estudos preparativos para o eventual painel.

Para Ana Botín, regras da União Europeia para pagamento são injustas

Valor Econômico - 18/04/2018

A comandante do maior banco de varejo na zona do euro defende que o novo regulamento de serviços de pagamentos na União Europeia (UE) seja reformado para evitar tirar capacidade dos bancos de competir com grandes grupos de tecnologia.

Ana Botín, presidente do conselho do Santander, disse ao "Financial Times" que a Segunda Diretriz de Serviços de Pagamentos (PSD2) da UE "precisa ser adequada à era digital. A teoria é boa, mas precisa ser justa - no momento, ela não é simétrica".

Sob o PSD2, os bancos são obrigados a dar acesso de dados de clientes a terceiros, possibilitando a rivais oferecer novos serviços, como a permissão para que consumidores online consultem saldos bancários e paguem com débito direto de suas contas.

No entanto, embora a nova legislação permita que empresas de tecnologia combinem informações dos bancos com dados de seus próprios clientes para criar produtos mais personalizados, ela não autoriza os bancos a acessar dados de outras empresas da mesma maneira.

"Nós gostamos de competição, mas gostamos de competição justa", disse Botín. "O mérito do PSD2 é que todos sabem como o estamos usando, mas qualquer firma com dados de, digamos, mais de 50 mil clientes, deveria estar sujeita às mesmas regras."

As regras entraram em vigor na Europa em janeiro e foram ampliadas com a legislação "Open Banking" no Reino Unido.

Até o momento, a maioria das empresas que oferecem serviços sob as novas regras tem sido fintechs de menor porte, mas os comentários de Botín enfatizam uma preocupação crescente no setor sobre a ameaça representada por rivais potenciais maiores.

A Amazon já oferece empréstimos a pequenas empresas e, no mês passado, noticiou-se que a companhia estaria em negociações com o J.P.Morgan Chase para desenvolver um produto similar a uma conta corrente.

O presidente de outro banco europeu disse que o PSD2 fez um bom trabalho em tornar o uso pelas fintechs dos dados dos bancos mais eficiente e bem monitorado, mas disse que "o cenário será bem distinto se grandes grupos de tecnologia decidirem entrar [no mercado]". Na avaliação do executivo, "se eles decidirem entrar no setor bancário, deveriam estar sujeitos a uma regulamentação equivalente".

Julian Skan, diretor-executivo sênior de serviços bancários da Accenture, disse que o sistema bancário aberto cria uma oportunidade para as empresas encontrarem novas fontes de receita, mas acrescentou: "Eu acho que os bancos têm razão; isso foi escrito para regulamentar os bancos", e não estabelece um campo de jogo equilibrado".

Empresas externas ao sistema bancário "têm muito menos com que se preocupar", disse Skan, ao passo que "os bancos estão com as mãos atadas às próprias costas - e isso vai doer".

Um relatório recente do Citigroup estimou que os bancos europeus poderão perder mais de um terço de suas receitas de pagamentos, investimentos e empréstimos a PMEs devido a modelos disruptivos até 2025.

A Comissão Europeia recusou-se a comentar diretamente as observações de Botín, mas disse que o PSD2 "promoverá o desenvolvimento de pagamentos online e móveis inovadores que beneficiarão a economia e o crescimento".

A comissão acrescentou que a abordagem da UE "atende às necessidades de modelos de negócios emergentes e existentes nesse mercado em rápida

evolução, em que maior concorrência deverá resultar em custos de pagamentos mais baixos e soluções de pagamento inovadoras".

Apesar das preocupações, no entanto, Skan sugeriu que as recentes controvérsias sobre o uso dos dados de clientes por empresas como o Facebook poderão funcionar a favor dos bancos.

"Não tenho dúvidas de que trata-se de um ponto de inflexão, porque [o episódio de vazamento de dados] despertou a opinião pública e agora [as pessoas] estão pensando sobre seus dados", disse ele. "Uma grande frustração para os bancos nos últimos 10 anos foi que as pessoas não pareciam se preocupar com sua própria segurança - os bancos podiam gastar muito dinheiro com segurança cibernética etc., mas não receberam nenhum crédito por isso - a ideia de [os bancos] serem um refúgio seguro agora pode ajudá-los a voltar a capturar valor", ponderou Skan.

Tensões elevam o preço de várias commodities

Valor Econômico - 18/04/2018

As crescentes tensões globais, incluindo as sanções dos EUA contra a Rússia e o contínuo conflito na Síria, provocaram uma forte recuperação nas commodities, levando itens como alumínio e petróleo às maiores altas em anos.

O índice S&P GSCI de 24 commodities subiu 5,1% este ano, comparado com um ganho de 1,2% do S&P 500. O indicador de matérias-primas avançou em seis das últimas sete sessões.

A Rússia é produtor-chave de uma ampla gama de commodities, do petróleo ao paládio. Com os estoques já apertados, dizem analistas, o anúncio feito no dia 6 de abril de sanções contra indivíduos e entidades russas abalou os mercados de matérias-primas.

Desde então, o alumínio subiu em três meses 19%, o mais alto patamar em seis anos e meio, na Bolsa de Metais de Londres. O pagamento de compradores do Meio Oeste americano disparou para o maior nível desde fevereiro de 2015, enquanto os de outros metais, como níquel, aumentaram.

Os ataques militares liderados pelos EUA na Síria, por outro lado, alimentaram temores de um conflito mais amplo no Oriente Médio. As preocupações, juntamente com a incerteza em torno do acordo nuclear com o Irã, impulsionaram a alta do petróleo. O petróleo dos EUA atingiu na sexta-feira o nível mais alto desde dezembro de 2014 e subiu 10,1% neste ano.

A alta nos preços das commodities é uma mudança em relação a março, quando tensões comerciais entre os EUA e a China prejudicaram preços de muitas matérias-primas, em meio a temores de que os custos crescentes de fabricação poderiam desacelerar o crescimento global.

As sanções atingiram o magnata russo Oleg Deripaska, que controla a segunda maior produtora mundial de alumínio, a Rusal. Pelo fato de a China ser o principal fornecedor mundial, analistas estimam que até 13% da oferta restante pode ser interrompida.

E como a Rusal possui 28% da Norilsk Nickel, o níquel também ganhou impulso. A commodity teve um dos melhores desempenhos no ano, com alta acumulada de 13% na Bolsa de Metais de Londres.

Um sinal preocupante é o cobre. Os preços do cobre ficaram de fora da alta das commodities e caíram 6,2% neste ano. A China responde por metade da demanda mundial de cobre e é o maior consumidor de commodities.

Pequim teme isolamento em disputa comercial e busca apoio de europeus

Valor Econômico - 18/04/2018

O representante comercial internacional da China manteve na semana passada uma série de reuniões com embaixadores de grandes países europeus, para pedir a eles que se unam a Pequim contra o protecionismo dos EUA. A informação foi dada ontem por quatro fontes a par das discussões.

Alguns dos diplomatas ocidentais que participaram das reuniões com Fu Ziyang, que também é vice-ministro do Comércio, viram as abordagens como um sinal de como o governo chinês está apreensivo com a ampliação do conflito com Washington.

O presidente dos EUA, Donald Trump, ameaçou impor tarifas sobre US\$ 150 bilhões em importações chinesas para punir a China pelo que autoridades americanas classificam como políticas industriais predatórias e abuso da propriedade intelectual dos EUA. Pequim prometeu retaliar.

Em meio a tensão que vem crescendo rapidamente entre os dois lados, a China tenta conquistar uma superioridade moral, como defensora do sistema comercial multilateral, mesmo com aliados dos EUA compartilhando a preocupação de Washington com relação as restrições de mercado imposta por Pequim.

A correria das reuniões de quinta e sexta-feira com embaixadores de França, Alemanha, Reino Unido, Espanha, Itália e União Europeia (UE), pode ser um sinal de que a China está tentando erguer uma barreira protetora contra as agressivas medidas comerciais de Trump, cuja severidade foi mal calculada por Pequim, na visão de alguns diplomatas estrangeiros.

As reuniões individuais, que foram convocadas por Fu, no geral "não foram confrontadoras", com a China buscando apoio para conter os EUA, disse um diplomata europeu. Houve, porém, algumas "ameaças subliminares" sobre as consequências para as empresas estrangeiras, disse essa fonte. "A mensagem

foi que precisamos permanecer unidos contra o protecionismo dos EUA em favor do livre comércio", disse o diplomata.

"A China está demonstrando confiança, mas internamente eles parecem bastante preocupados. Aparentemente eles subestimaram a determinação de Trump sobre o comércio", disse o diplomata, acrescentando que Pequim está apreensiva com o alinhamento de grandes parceiros comerciais da China com Washington.

O principal diplomata chinês, Wang Yi, em visita a Tóquio anteontem, instou o Japão a trabalhar com a China na oposição às restrições. Mas autoridades estrangeiras observaram que a China não é ingênua a ponto de achar que poderá causar uma cisão entre Washington e seus aliados.

Um graduado diplomata da UE em Bruxelas, que confirmou as reuniões, disse que a UE não vai tomar partido e que seu objetivo é colocar o processo multilateral de volta aos trilhos, referindo-se aos esforços para resolver disputas comerciais por meio da Organização Mundial do Comércio (OMC).

"Acho que isso também cheira a desespero, porque a China também sabe que a União Europeia não vai confrontar seu maior aliado", disse o diplomata da UE.

"A China tem sido muito eficiente em tirar o máximo da cartilha do livre comércio. Não acho que alguém no Ocidente vá deixar a China estabelecer novas regras", disse o diplomata baseado em Bruxelas.

A política comercial para os membros da UE é conduzida pela Comissão Europeia, e não individualmente pelos seus membros.

Outro diplomata ocidental em Pequim disse que a abordagem da China junto aos europeus começou antes de Trump anunciar tarifas de 25% sobre US\$ 50 bilhões em importações de produtos chineses de tecnologia industrial, transporte e produtos médicos, no começo de abril.

Quando Pequim respondeu, horas depois, com uma lista de tarifas parecidas sobre US\$ 50 bilhões em produtos americanos - como soja, aviões, automóveis, carne bovina e produtos químicos - Trump partiu para escalada, instruindo seu governo a identificar outros US\$ 100 bilhões em produtos chineses para serem penalizados.

Nenhuma das tarifas ameaçadas entrou em vigor até agora.

Grupos empresariais americanos dizem que Trump deveria formar uma coalizão com a UE, Japão e outros países ocidentais para forçar a China a abrir a sua economia. Eles afirmam que esses países compartilham da preocupação de Washington com as restrições de acesso a mercado da China e suas políticas para produzir empresas líderes em setores-chave à custa dos concorrentes estrangeiros.

Mas em vez de estender a mão aos seus aliados europeus, Washington vem se indispondo com eles com suas medidas protecionistas, incluindo a imposição de tarifas a países europeus sobre suas exportações de aço e alumínio para os EUA. A UE disse que essas tarifas não se justificam e está buscando uma compensação dos EUA junto à OMC.

China cresce, mas deve desacelerar

Valor Econômico - 18/04/2018

O sólido crescimento da China no primeiro trimestre esconde uma disputa entre setores antigos e com problemas, como os de mineração e têxtil, e os setores aquecidos da nova economia, que incluem o comércio eletrônico e o setor de cuidados com a saúde.

A questão é: com o presidente Xi Jinping tentando conter o endividamento e com a briga comercial com Donald Trump, até que ponto os novos condutores do crescimento conseguirão compensar os problemas em potencial?

Por enquanto, os novos motores estão conseguindo fazer isso. O crescimento econômico no primeiro trimestre igualou os 6,8% do último trimestre de 2017. As vendas no varejo online cresceram 35,4%, em relação ao mesmo período do ano passado. Já os investimentos em educação subiram 26,9%, segundo a agência de estatísticas chinesa. O consumo contribuiu com 77,8% da expansão.

Os velhos motores estão cansados. A produção industrial ficou abaixo das estimativas para março, em meio ao desempenho anêmico de setores como mineração, produtos metalúrgicos e têxteis.

Como a contribuição do consumo costuma ser maior no primeiro trimestre, o dado de ontem não deverá ser um indicador das perspectivas para o resto do ano. Na verdade, economistas preveem uma desaceleração neste ano, em relação a 2017, para 6,5%, à medida que a campanha de redução da dívida de Xi for ganhando força..

"A boa notícia é que os consumidores estão encarando isso sem problemas, oferecendo um bem-vindo colchão contra potenciais tarifas externas e um freio às políticas locais de construção", diz Frederic Neumann, diretor no HSBC, em Hong Kong. A notícia não tão boa é que "a [economia da] China provavelmente vai esfriar nos próximos meses, depois que as políticas restritivas de Pequim começarem a fazer efeito. O setor da construção está sentindo o golpe."

"A tensão econômica entre EUA e China está crescendo", escreveu Louis Kuijs, principal economista para a Ásia da Oxford Economics, em nota a clientes. "Estamos preocupados com as implicações de longo prazo, mas acreditamos ser improvável uma guerra comercial com impacto substancial sobre o crescimento no curto prazo. Ainda assim, seguimos acreditando que o crescimento chinês vai diminuir no resto do ano por causa das políticas financeiras mais apertadas".

A firme expansão do PIB mostra que a economia está resistindo às ameaças da desalavancagem e do protecionismo. "Mesmo assim, o crescimento nominal menor é um sinal de alerta de que o ciclo de reativação industrial que levou à alta dos lucros e tornou o pagamento das dívidas mais gerenciável em 2017 está em queda", observaram Tom Orlik e Fielding Chen, economistas da Bloomberg. A expansão do PIB nominal desacelerou para 10,2% no primeiro trimestre, após alta de 11,1% no final de 2017.

O PIB do setor minerador caiu 1,1% em março, ante queda de 0,9% em dezembro. Já a produção do setor de energia aumentou 5,8%, abaixo dos 8,2% de dezembro.

"Os dados de março trazem indícios de que uma desaceleração está a caminho, liderada pelos velhos setores", diz Rob Subbaraman, economista-chefe para a Ásia da Nomura. "Não acreditamos que os novos setores compensarão totalmente a desaceleração dos setores velhos e endividados."

Indústria sinaliza que acordo entre UE e Mercosul pode estar próximo

Valor Econômico - 18/04/2018

Várias questões que vinham bloqueando o avanço das negociações entre o Mercosul e a União Europeia (UE) para um acordo de livre comércio birregional parecem superadas e a reunião de negociadores, na semana que vem em Bruxelas, poderá determinar os próximos passos das barganhas, segundo expectativa de representante da indústria.

"Entendo que os principais óbices foram superados, os temas complicados estão bem encaminhados", afirmou o diretor de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Thomaz Zanotto.

Leia mais 1. Brasil vai à OMC contra UE, garante ministro Para a Fiesp, o momento é oportuno para concluir as negociações e resultará tanto no aumento do fluxo comercial quanto em benefícios intangíveis quanto a transferência de tecnologia, capitais e serviços para a indústria nacional. "Há uma janela de oportunidade e isso tem prazo de validade, porque senão ela tende a se fechar", diz Zanotto.

Pelas informações que circulam no setor privado, os europeus sinalizaram com aumento da quota para importação de carne bovina para 110 mil toneladas. A UE tinha começado com quota de 70 mil e depois com 99 mil. Negociadores dizem que muito do que foi conversado com Bruxelas nas últimas semanas precisa ser formalizado.

Duas questões centrais envolvendo o setor automotivo parecem ter avançado. Primeiro, os europeus queriam eliminação das tarifas de importação para seus carros num prazo de oito anos, enquanto as montadoras do Mercosul pediam

prazo de 15 anos. A avaliação agora é de que o fim das tarifas deve ocorrer entre 10 e 12 anos.

Além disso, um dos princípios básicos da negociação é que não haveria prazo de carência, e a liberalização começaria desde o primeiro ano do acordo. O sentimento é de que, se houver carência, pela insistência de montadoras do Mercosul, será entre dois e três anos.

Outra questão técnica sensível estava em discussão no campo das regras de origem. Ponto que, pela análise de Zanotto, prosperou. O setor têxtil brasileiro defendia que para se ter a tarifa menor pela regra de origem nesse segmento, o fio, o tecido e a roupa precisariam ser da região. A regra acertada agora manteve só duas etapas do conteúdo local: o tecido e a roupa. Os europeus alegam que são importadores de fio.

A questão de produtos remanufaturados fica fora do acordo. Os europeus queriam sua inclusão, por exemplo, porque países como a Alemanha têm um programa que incentiva a troca de máquinas com frequência - e a revenda do equipamento com pouco uso. Mas permitir tarifa menor para esse tipo de produção causaria problemas para setores no Brasil. É o mesmo caso de pneus, que os europeus, por causa dos ciclos do verão e interno, descartam o produto com mais frequência e procuram exportar o que em outros países é visto como seminovo.

A avaliação é também de que a UE compreende a importância de se manter o regime de "drawback" - pelo qual há isenção na tarifa de importação para insumos usados na fabricação de bens industriais depois exportados. É um regime aduaneiro especial no Brasil e para o Paraguai com suas maquiladoras, por exemplo.

A UE queria manter uma forte proteção de mais de 300 denominações de origem, incluindo queijos, azeites etc. Agora, isso foi reduzido para cerca de 10%, o que também facilita o avanço da negociação birregional.

Nas negociações ministeriais em Buenos Aires, em dezembro de 2017, a Argentina parecia querer fechar o acordo a qualquer preço, e coube ao Brasil esfriar um pouco os ânimos diante do que Bruxelas colocava na mesa.

Mais tarde, alguns europeus procuraram representantes do setor privado brasileiro, indagando se o Brasil estava postergando a negociação para fazer o acordo em outro momento político.

De seu lado, a Fiesp considera que o momento para fechar a negociação é oportuno inclusive por ver uma convergência inédita de políticas econômicas entre o Brasil e a Argentina, cujos governos coincidem na decisão de realizar reformas estruturais, buscar o equilíbrio fiscal e promover maior inserção externa da região.

Thomas Zanotto destaca que, para a Fiesp, a negociação de acordos comerciais é o caminho mais seguro e inteligente para a abertura da economia

brasileira. A entidade avalia que uma redução unilateral de tarifas de importação limita o poder de barganha do bloco com outros parceiros, como também ameaça a produção e emprego local, sobretudo de pequenas e médias empresas que terão dificuldade de se adaptar no curto prazo.

O fluxo comercial entre a UE e o Mercosul alcançou US\$ 80 bilhões em 2017, com deficit de US\$ 362 milhões para o bloco do cone sul. As exportações do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai foram principalmente subprodutos das indústrias alimentícias (15%), minerais metálicos (10%) e soja (7%). As importações foram principalmente de reatores e caldeiras (19%), produtos farmacêuticos (11%) e máquinas e equipamentos elétricos (9%).

No primeiro trimestre deste ano, as exportações de manufaturados brasileiros para a UE cresceram 74%, na comparação interanual, e totalizaram US\$ 4,9 bilhões. Para a Fiesp, esse resultado mostra o potencial do mercado europeu para as vendas de produtos industrializados de origem brasileira.

Do lado das importações, as compras de manufaturados europeus aumentaram 10% e totalizaram US\$ 7,9 bilhões no período. Cerca de 60% da pauta de importações originárias da UE pode ser classificada como bens intermediários utilizados pela indústria de transformação no Brasil.

Para Zanotto, se as barganhas entre UE e Mercosul avançarem na semana que vem, como é a expectativa, o passo seguinte será a realização de uma reunião ministerial para anunciar o acordo político e, talvez ainda este ano, concluir a negociação do acordo de livre comércio birregional.

Acordo entre Mercosul e UE deve finalmente sair do papel em 2018

DCI - 18/04/2018

Após quase vinte anos de negociações, o acordo comercial entre União Europeia e Mercosul deve finalmente ser concretizado em 2018. Porém, regras referentes ao setor automotivo têm sido um dos principais entraves para a conclusão do tratado.

“Vivemos uma oportunidade única de fechar o acordo. Haverá uma rodada de negociações em Bruxelas na próxima semana e há um otimismo razoável de anunciar pelo menos um acordo político”, disse o diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Thomaz Zanotto.

O acordo de livre comércio entre os dois blocos econômicos é discutido desde 1999. Recentemente, as negociações ganharam fôlego, beneficiadas pelo atual panorama político internacional.

“Surgiu uma janela de oportunidade excelente: Brasil e Argentina alinhados em políticas pró-mercado, a saída da Venezuela do Mercosul e os Estados Unidos promovendo uma linha equivocada de protecionismo. Parece que os astros se

alinham”, diz o professor de economia do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais de São Paulo (Ibmec/SP), Roberto Dumas.

A assinatura do acordo tem sido impedida por detalhes técnicos sobre barreiras tarifárias, especialmente nos setores agropecuário e automotivo.

“O Mercosul se preocupa com a cota de exportação de carne, e este é um ponto que precisa ser esclarecido. Do lado dos europeus, há o desejo de maior abertura para exportar veículos. A próxima rodada será focada nesses temas”, prevê o gerente de negociações internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Fabrizio Panzini.

Zanotto acredita na resolução dessas pendências e que não há mais razões para se adiar o anúncio político. “Já era para [o acordo] ter sido feito em dezembro, mas acabou sendo adiado duas vezes. É um momento único, com Brasil e Argentina passando por reformas estruturais importantes, buscando maior inserção na economia mundial. Seria o primeiro grande acordo assinado pelo Mercosul.”

Para os analistas ouvidos pela reportagem do DCI, o acordo beneficia a indústria brasileira como um todo, com alguns setores sendo mais diretamente favorecidos.

“Indústrias que enfrentam barreiras tarifárias são os ganhadores óbvios, como a química, têxtil e autopeças. Essas tarifas fazem a diferença em um mercado competitivo. Retirando, há vantagens em relação a concorrentes que não têm acordo, como os EUA e a China”, afirma Panzini.

Zanotto acredita que o acordo também trará benefícios colaterais ao Brasil. “Traz ganhos em competitividade, produtividade e em tecnologia. Existe a discussão de cláusulas de compras governamentais, que permitiriam empresas europeias vendendo para o governo brasileiro e investindo em projetos de infraestrutura no Mercosul”, esclarece.

Menos protecionismo

Dumas avalia que as indústrias brasileiras terão que militar por reformas que permitam melhores condições de competitividade ao parque fabril nacional. “A abertura comercial aumenta a competição. As empresas reclamam de custo tributário, mão de obra e logística, o que é justo. Mas é justamente por isso que devem fazer lobby para promover reformas, com a mesma força com que pediam redução de IPI [Imposto sobre Produto Industrializado]”, afirma. “O que traria crescimento é mais educação, menor custo Brasil e aumentar a inovação. As empresas não lutam tanto por isso quanto por benefícios fiscais.” Para o professor de economia do Ibmec/SP, o protecionismo não traz benefício algum à sociedade. “Com o acordo, o Brasil irá fazer parte de uma cadeia de suprimento mundial. Querer fazer tudo aqui para se desenvolver é uma mentalidade ultrapassada. O governo não pode mais proteger uma indústria que não é competitiva”, pondera Dumas.

Disputa entre EUA e China deve ter efeitos negativos no agro brasileiro

DCI - 18/04/2018

A guerra comercial entre China e EUA poderá ter um impacto negativo no agronegócio brasileiro, especialmente no mercado de soja, principal produto exportado pelo Brasil aos chineses neste setor.

Embora ainda existam incertezas quanto à aplicação de tarifas sobre o grão norte-americano, já é possível ver os reflexos desse cenário no mercado brasileiro. “Os prêmios nos portos, que estavam fortalecidos com a quebra na safra argentina, ganharam novo fôlego com o anúncio da possível taxaçoão”, explica a analista de mercado da INTL FCStone, Ana Luiza Lodi.

O Brasil exportou no ano passado 53,8 milhões de toneladas de soja à China – ou 58% das 93,4 milhões de toneladas adquiridas pelos chineses, enquanto os Estados Unidos responderam por 38% desse total.

A soja do contrato com vencimento em maio está sendo negociada com prêmio de US\$ 1,30 por bushel no Porto de Paranaguá, no Paraná. O valor chegou a US\$ 1,50 por bushel logo depois do anúncio da retaliação chinesa. “Esses valores devem ter novos picos se forem anunciadas novidades sobre a negociação entre os países”, avalia Ana Luiza.

Desde que a taxaçoão foi anunciada, os chineses ampliaram a procura pelo produto norte-americano, aproveitando a trégua antes da possível tributação. Ao mesmo tempo, o interesse no produto brasileiro cresceu, visto que a Argentina terá uma quebra de safra expressiva, o que, ainda que a safra brasileira tenha projeção recorde, amplia a demanda pelo produto brasileiro.

“Difícilmente a China vai deixar de depender completamente da soja norte-americana e a tendência é que, se as taxas entrarem em vigor, o Brasil tenha uma relação de oferta e demanda muito apertada”, avalia. A INTL FCStone estima que a safra brasileira da oleaginosa atingirá o volume recorde de 115,9 milhões de toneladas nesta temporada.

O consultor de comércio internacional da Barral M Jorge Consultores Associados, Matheus Andrade, salienta que há uma perspectiva de aumento das exportações da oleaginosa para a China, mas ainda há incertezas, uma vez que a capacidade brasileira de substituir os Estados Unidos no fornecimento do grão é limitada. “Ainda não está claro para o mercado o quanto o Brasil poderia contribuir”, afirma.

Em relatório divulgado ontem, o analista sênior de agronegócios do Itaú BBA, Guilherme Bellotti, avaliou que, se aplicado, o aumento tarifário não duraria por muito tempo justamente pela dificuldade de encontrar volume semelhante em outros mercados que não o dos Estados Unidos.

O gerente de mercado da Informa FNP, Victor Carvalho, acredita que haveria um impacto significativo nas cotações da commodity com o aumento da demanda chinesa pelo produto brasileiro se a taxaço se confirmar. “Acredito que o preço da soja norte-americana deve recuar com uma maior oferta no mercado interno. Neste cenário, não descarto a possibilidade de que o Brasil venha a importar o grão dos Estados Unidos para poder atender à demanda doméstica e exportar mais o grão brasileiro”, prevê.

“A China pode se prejudicar tendo que comprar soja mais cara. Mas tudo vai depender da tarifa ser de fato aplicada, uma vez que esta é uma questão política e não técnica”, pondera.

Caso esse cenário projetado por ele se concretize, Carvalho avalia que subprodutos como farelo, por exemplo, poderiam ter uma valorização no mercado interno, deixando ainda mais delicada a situação de criadores de suínos e aves, que já lidam com aumento das cotações do milho e da soja no mercado interno. Nos últimos 30 dias, o indicador Cepea/Esalq aumentou 8% no Paraná, para R\$ 80,57 a saca de 60 quilos.

Outros produtos

No caso da carne suína, a taxaço pela China sobre produtos dos Estados Unidos já está em vigor desde o dia 2 deste mês. De acordo o presidente da Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS), Marcelo Lopes, as restrições não garantem um aumento automático das exportações brasileiras ao país. “Se por um lado o gigante asiático pode passar a comprar mais do Brasil, por outro, os Estados Unidos podem desviar alguma parte do volume embarcado para outros clientes brasileiros, como é o caso da Argentina, que acaba de abrir o mercado para o produto norte-americano.”

Conforme o relatório divulgado pelo Itaú BBA, a China importou no ano passado 1,6 milhão de toneladas de carne suína, sendo que 10% desse total foi abastecido pelos Estados Unidos e 3% pelo Brasil.

“Não acredito em um espaço muito relevante para o aumento de vendas nacionais, além daquela observada nos últimos três meses, já que a oferta local do produto está em expansão”, afirma o analista sênior do banco no relatório.

Outro produto que pode ser afetado é o etanol, cuja taxaço pela China já está em vigor. O governo local aprovou o aumento da mistura de etanol anidro na gasolina para 10% até 2020. Na avaliação do Itaú BBA, essa medida, aliada à taxaço, poderia abrir portas ao produto brasileiro, mas tenderia a reduzir os preços do etanol norte-americano e aumentar a sua competitividade nos portos brasileiros.